

PENSAMENTO & MEMÓRIA.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - ANO I - Nº 1 - DEZEMBRO DE 2006

CÂMARA MUNICIPAL COMEMORA 70 ANOS DE HISTÓRIA

ANTÔNIO ALEIXO
E VIEIRA CHRISTO:
DUAS IMPORTANTES
FIGURAS HISTÓRICAS
DE BELO HORIZONTE

A TRAJETÓRIA DE VIDA
DO PAI DA AVIAÇÃO E AS
RAZÕES QUE O LEVARAM
AO SUICÍDIO

O PAPEL DO
LEGISLATIVO EM BH,
DA INSTALAÇÃO
DA CAPITAL
AO GOLPE DO
ESTADO NOVO

A CAPITAL
E A QUESTÃO
RELACIONADA
ÀS LEIS
URBANÍSTICAS

UMA DÉCADA DE TENSÕES POLÍTICAS



Apresentação

A Revista Pensamento & Memória foi criada com o objetivo de promover o estreitamento das relações entre a Câmara Municipal de Belo Horizonte e o cidadão, por meio da veiculação de informações sobre a atuação do Parlamento, no passado e no presente.

No decorrer de suas páginas, o leitor verá que a Câmara foi, sempre e sempre, um importante agente da política e da administração locais, ainda que variassem em amplitude e intensidade os seus reais poderes. Além disso, será possível compreender a sua inserção na história da própria Cidade, com as peculiaridades de cada tempo e nos mais diversos contextos.

À Revista voltará, um pouco, no tempo, com o artigo "Poder Legislativo: Ficção x Realidade" pretendendo situar você nos momentos que antecederam aqueles difíceis anos de 1936/37, desde a transferência da Capital, de Ouro Preto para a recém-construída Cidade de Minas (hoje, Belo Horizonte), até os anos iniciais da década de 30.

Nessa primeira edição, você, leitor, vai-se informar sobre quando a Câmara, pela primeira vez, recebeu essa denominação e competências similares às atuais e, ainda, em que ambiente político isso se deu. Sobre essa matéria trata o artigo "O Clima". Ainda sobre o período de existência da Câmara, antes de decretado o seu fechamento, você poderá se informar lendo os artigos "Christo e a Política" e "Uma Figura Histórica e um Exemplo de Vida". Esses artigos focam dois ex-vereadores, buscando entender um pouco o pensamento da época.

Já no artigo "Três Momentos de Uma Trajetória", o que se pretende é demonstrar, tomando um exemplo temático concreto, como se deu a participação da Câmara nos debates e criações normativas, nos últimos sessenta anos. É revelador que ela tenha passado de mera expectadora a protagonista dessa ação, simbolizando idêntica postura da própria sociedade.

Além dessas matérias, serão apresentadas ainda pequenas notícias (algumas, pitorescas, outras nem tanto) sobre aqueles tempos. Também se oferece algum passatempo, como entretenimento, para você. Por fim, abre-se espaço para que você seja um agente efetivo desse veículo de interação, mediante comentário, sugestão ou crítica.

E, então, você está pronto para mergulhar nessa parte da história que a Revista Pensamento & Memória se propôs a presentificar?

Redação Pensamento & Memória

Janus - Símbolo da Revista Pensamento & Memória



Segundo diz a lenda greco-romana, Janus nasceu na região da Tessália na Grécia. Como rei, o seu governo destacou-se por significativo desenvolvimento, marcado pelo surgimento da moeda, pela prática do cultivo e elaboração de leis. Esse desenvolvimento teria levado o seu reino a um período próspero e de paz. Foi declarado deus, depois de sua morte, devido à sua vida dedicada às transformações.

Janus, na mitologia greco-romana, é o deus dos inícios e dos fins, dos portais e das transições. A ele também são conferidas as mudanças por que passa a humanidade, da vida primitiva à civilização, do obscurantismo à ciência. Janus era, ainda, responsável por abrir os anos, daí vem o nome do primeiro mês, propiciado pelo calendário romano, janeiro.

Janus é representado por duas faces, sendo que uma se volta para o passado, e outra aponta para o futuro, ou seja, a projeção das idéias, proporcionada pelo pensamento, ao lado das recordações, propiciadas pela memória.

A estátua mais conhecida de Janus, encontra-se, atualmente, no Museu do Vaticano, em Roma.



37040

Poder Legislativo: Ficção X Realidade

O funcionamento do legislativo à luz das Constituições de 1891 e 1934
Da instalação de Belo Horizonte ao golpe do Estado Novo



07



Clima

A década que mudou o pensamento político e promoveu uma reviravolta na história do Brasil
Por Vargas e o equívoco que levou o País à ditadura

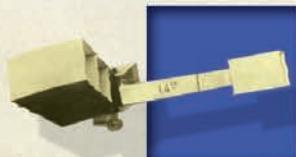
13

Christo e a política

Quem foi Antônio Carlos Vieira Christo, seus principais feitos e conquistas
Conheça esse típico homem de Minas desenhado por uma típica mulher de Minas



20



Conseqüências históricas

A trajetória do Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont
A vida, a criatividade e a invenção que o levou ao suicídio

25





Uma figura histórica e um exemplo de vida

A vida e o trabalho do primeiro Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
Antônio Aleixo: a singularidade do médico-professor-político, que se tornou vereador

31

Sete décadas de história

Os 70 anos da Câmara Municipal de Belo Horizonte
Eventos que marcaram a comemoração



34

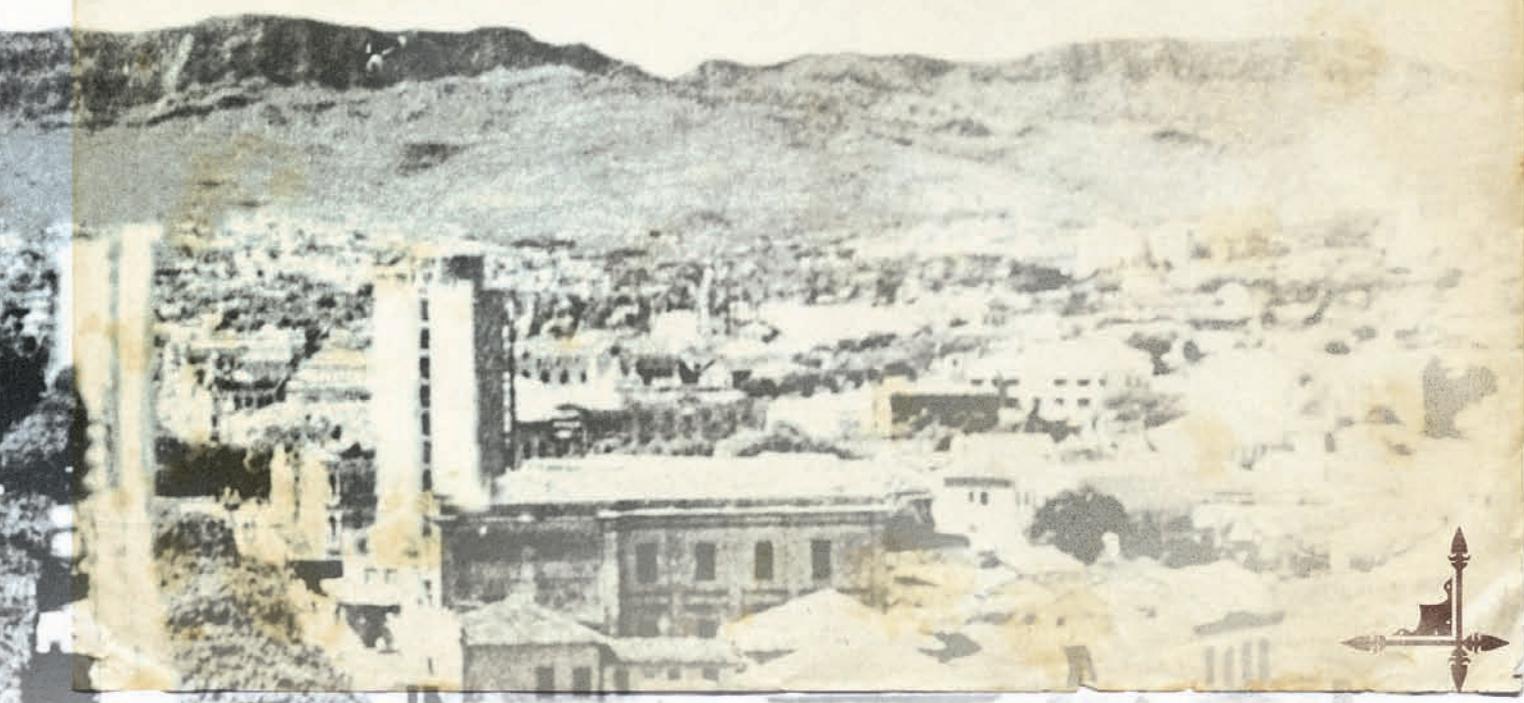
Três momentos de uma trajetória

O Poder Legislativo e o desenvolvimento urbanístico da Capital
Uma leitura da Cidade via legislação urbanística



38

Em 1936...	28
Você sabia?	30
Do deliberativo ao legislativo	44
Puzzle	45



Poder Legislativo: Ficção X Realidade

O funcionamento do legislativo à luz das Constituições de 1891 e 1934.



Sandra Maria do Nascimento

Redatora da Câmara Municipal de Belo Horizonte

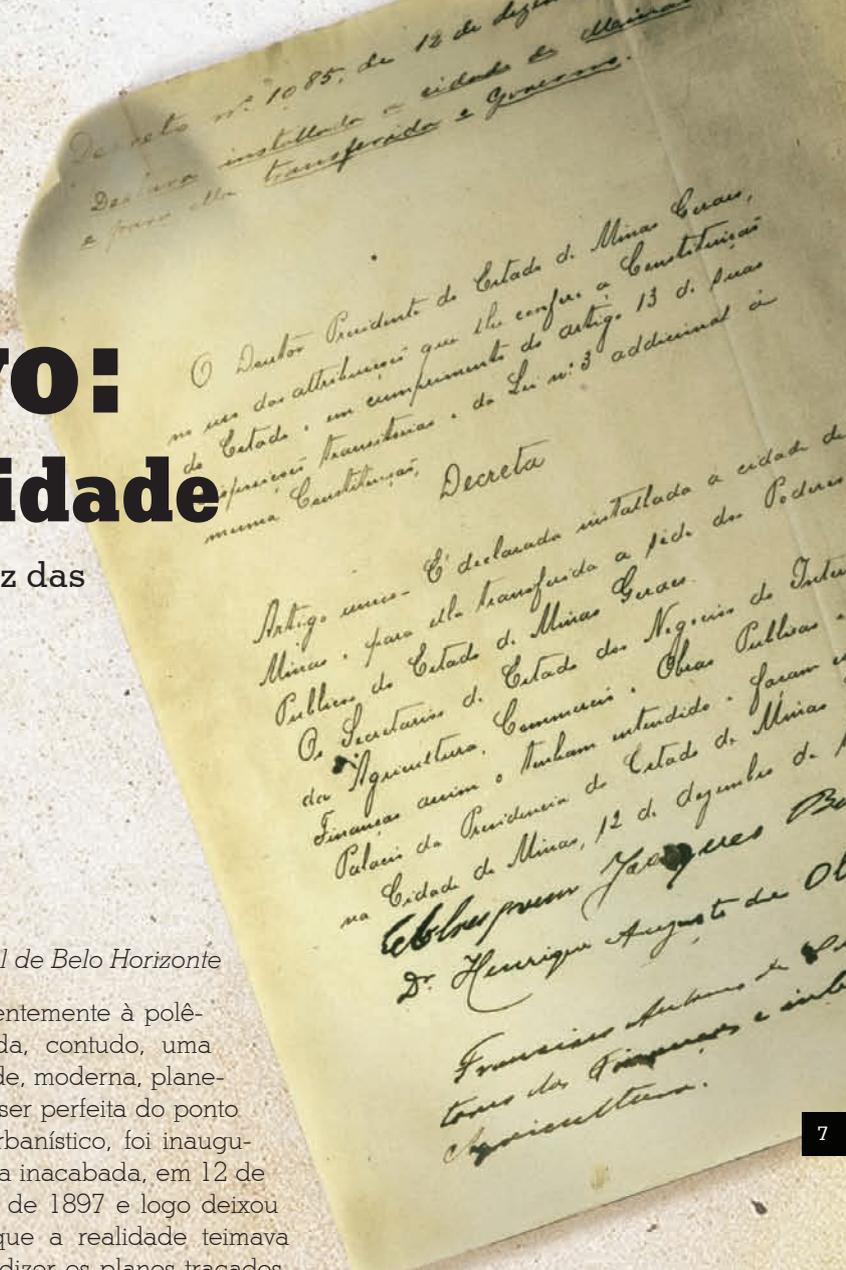
Belo Horizonte não é uma cidade comum. Nasceu sobre os escombros do território escolhido para sediar a nova capital de Minas e estigmatizada por um questionamento de inconstitucionalidade fundado na pretensão de torná-la município, a despeito da legislação sobre organização municipal, vigente na época. Tem uma história marcada pelo autoritarismo, pelo preconceito, pela exclusão e pelos privilégios garantidos à elite política mineira que a idealizou.

Foi o desejo de que Minas se destacasse no novo cenário republicano, aliado à localização privilegiada de Belo Horizonte, que legitimou o Decreto do Presidente do Estado na época, Augusto de Lima, determinando a transferência da Capital. Essa medida poderia, no entender dos republicanos, equilibrar as disputas pelo poder e resolver os problemas decorrentes do crescimento populacional, que Ouro Preto não estava mais em condições de suportar. Por outro lado, de certo modo, representaria, também, uma forma de afastar da lembrança de todos um passado colonial marcado pelo sofrimento e pelas injustiças sociais. Esses argumentos, entretanto, não foram suficientes para construir consenso em torno da proposta de transferir a Capital.

Indiferentemente à polêmica criada, contudo, uma nova cidade, moderna, planejada para ser perfeita do ponto de vista urbanístico, foi inaugurada, ainda inacabada, em 12 de dezembro de 1897 e logo deixou entrever que a realidade teimava em contradizer os planos traçados. O crescimento da Cidade desobedeceu ao planejamento e comprometeu a administração do Município. As camadas populares ousaram invadir os espaços que lhes haviam sido negados, e a Capital dos sonhos acabou tornando-se uma peça de ficção, condenada a eternizar-se no papel em que fora desenhada.



Acima: Decreto de instalação de Belo Horizonte. Abaixo: Comissão Construtora da nova Capital mineira



Belo Horizonte, então, enfrentou problemas urbanos, políticos, sociais e econômicos comuns a cidades que registram índices de crescimento acelerado e desordenado. Além disso, não tinha autonomia municipal. Nesse particular, a história testemunhou, por algum tempo, o descumprimento das normas constitucionais. Em desacordo com o disposto no art. 68 da Constituição da República de 1891, segundo o qual "Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.", por exemplo, Belo Horizonte teve de sujeitar-se à tutela do Estado. A este não interessava política nem economicamente a autonomia da Capital.

Igualmente contrapondo-se ao art. 68 da Constituição da República de 1891, o governo estadual garantia que o controle da cidade era função da presidência do Estado, bem como a nomeação do Prefeito, com a função de cuidar da execução das decisões tomadas.

O "Poder Legislativo Municipal", nesse cenário político, era exercido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Esta cuidava de definir posturas e regulamentações importantes para a organização do

Município, buscando não descaracterizá-lo como espaço ideal. O exercício do poder legislativo, nesses termos, sem a participação do povo nem direta nem indiretamente, descumpria o que estava definido no art. 9º da Lei nº 2, de 14 de setembro de 1891: "Em cada município haverá um Conselho eleito pelo povo, com a denominação de câmara municipal."

A criação do Conselho Deliberativo, nos termos da Lei nº 2, encontrou uma resistência muito significativa em parte das elites políticas mineiras. Argumentos os mais variados tentavam legitimar a forma de administração da Cidade, já estabelecida. Alguns afirmavam que o fato de a Capital contar com um contingente expressivo de habitantes estrangeiros comprometeria a representatividade do povo no referido Conselho. Outros alegavam que "a cidade era uma obra de arte não concluída" e que, portanto, não podia ser entregue à municipalidade. Havia, ainda, aqueles que, por considerarem excelente a administração da Capital, não encontravam motivo que justificasse a eleição para Prefeito ou a criação de um Conselho.

Apesar das resistências, em janeiro de 1900, foi instalado o Conselho Deliberativo, composto de sete

A Inauguração de Belo Horizonte



membros eleitos pelo povo da Cidade, com a competência de votar os impostos e decretar as despesas necessárias à administração da Capital. Esse Conselho teve, como seu primeiro Presidente, Afonso Pena, e, sem autonomia, caracterizou-se como um órgão meramente administrativo.

Paradoxalmente, o povo, despreparado ainda para escolher os seus representantes efetivos, elegeu para membros do Conselho os integrantes da elite política mineira que já participavam, de uma forma ou de outra, da administração da Capital. Essa situação apenas contribuiu para que a elite continuasse a usufruir dos privilégios de que ela já dispunha, além de possibilitar a instituição de outros. Isso ficou evidente nas mudanças promovidas por esse Conselho, consideradas importantes para o Município, mas que, por estarem a serviço do status quo, não representavam efetivamente mudanças.

Entre essas havia as que se ligavam à questão orçamentária e à tributação. Nessa questão específica, o Conselho, buscando atender reivindicações, propôs a redução da carga tributária, com a atenuação de encargos e obrigações do contribuinte.

Promoveu, também, a realização de melhoramentos na rede de esgotos, a manutenção de estradas, da estrutura viária e de edificações municipais. Posteriormente, promoveu ações visando à saúde e à higiene - problemas urbanos decorrentes da expansão da Cidade, que aconteceu sem controle ou planejamento. Em todas essas intervenções, evidenciou-se a preocupação do Conselho em garantir a manutenção do projeto inicial da Cidade.

O crescimento desordenado da população, todavia, começava a exigir que adaptações fossem promovidas no referido projeto. O Conselho, então, apresentou propostas de modificação, e estas foram aprovadas.

A aplicação das decisões tomadas por esse Conselho com o fim de promover adaptações ao projeto inicial da Cidade, voltou a reafirmar a dificuldade de se definirem as responsabilidades entre a administração municipal e o governo do Estado. Membros da administração municipal, integrantes do governo do Estado e os próprios conselheiros

não interpretavam uniformemente as competências de cada um. Durante muitos anos persistiram, ainda, dúvidas sobre as atribuições do Legislativo e do Executivo.

Em 1917, editou-se a Lei nº 138, que definia algumas das atribuições do Conselho Deliberativo, bem como lhe garantia autonomia:

"Art. 6: Ao Conselho Deliberativo, sem dependência da aprovação de qualquer outro poder, caberá decretar a desapropriação por utilidade pública do município, nos casos seguintes:

I- fundação de povoações e estabelecimentos de assistência, educação ou instrução pública, e cemitérios;

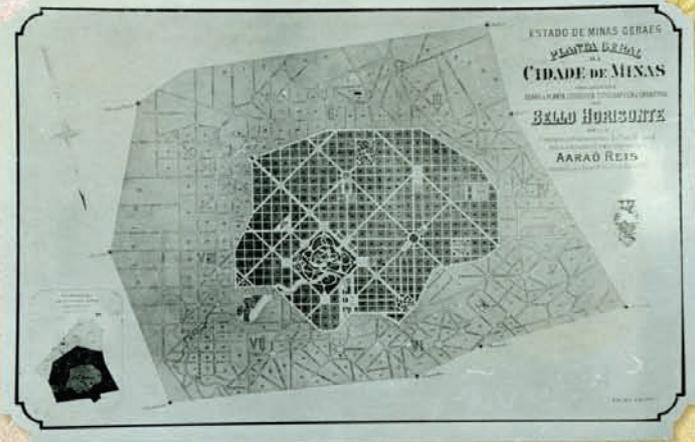
II - a abertura, alargamento ou prolongamento de ruas, praças, canais, estradas, e, em geral, de quaisquer vias públicas;

III - a construção de obras, ou estabelecimentos, destinados ao bem geral do município, sua decoração e higiene."

Mesmo assim, o Legislativo ainda se deparava com muitas restrições na sua atuação. Funcionava mais como um mediador dos problemas existentes na Cidade do que como um definidor dos rumos que esta deveria seguir. Apesar disso, atuou de modo significativo e, muitas vezes, em resposta a reivindicações, na busca de soluções para os problemas enfrentados pela população.

Habitação e pobreza revelaram-se como duas das questões que eram fundamentais. A atuação do Conselho Deliberativo no combate a essas demandas foi marcada por forte dualismo.

No que respeita à questão habitacional, as medidas adotadas para combater esse problema, de um lado, atendiam reivindicações de moradores de bairros da zona suburbana, como canalização de água, liberação para instalação de casas comerciais, redução de tributos, entre outras; de outro, tinham como fim impedir o deslocamento



Planta de Belo Horizonte

das camadas populares para a zona urbana da Cidade em busca de melhores condições de vida.

Os funcionários públicos, estaduais e municipais, entretanto, não recebiam o mesmo tratamento dispensado aos pobres e operários. Conselho e Prefeitura ofereciam a esses funcionários, para se estabelecerem na Cidade, benefícios como a cessão gratuita de lotes para a construção de casa. Os federais também contavam com esse benefício. Mesmo assim, os funcionários públicos também foram atingidos pelo problema da carência de moradia e dos altos preços dos aluguéis. Quando isso aconteceu, o Conselho apresentou imediatamente

propostas para resolver a questão. Reduziu o valor da renda a ser arrecadada com casas de funcionários, doou terrenos àqueles que se comprometessem a construir prédios para pequenas famílias de funcionários, com aluguéis pré-fixados e reduziu tributos para proprietários que mantivessem o valor dos aluguéis de imóveis em patamar determinado por lei, entre outras medidas.

Essa desigualdade acentuou-se na lei que definia como operário aquele que provasse ter, exclusivamente, como meio de subsistência, trabalhos manuais. Acentuou-se, ademais, na enumeração de restrições para a construção de casas pelas camadas populares, como o respeito à estética e à higiene; a preferência por aqueles que já estivessem estabelecidos, com licença, na área a ser construída; a comprovação de residência na Capital por, pelo menos, dois anos; a comprovação do exercício ininterrupto de suas atividades, de ter bons costumes e dedicação ao trabalho e o prazo de quatro anos para o término da construção das casas. O título definitivo de propriedade somente seria concedido após a aprovação da construção, pela Prefeitura, tendo-se como referência as condições definidas em lei.

Desde a sua concepção, como

pode ser comprovado, o projeto técnico da cidade de Belo Horizonte não priorizava a questão social. De um lado ficavam os interesses da elite e do outro, as demandas da população pobre, que, por enfrentar problemas sérios de moradia, fora levada a estabelecer-se na periferia, onde vivia em condições precárias.

O projeto técnico do engenheiro Aarão Reis, para a cidade de Belo Horizonte, não tinha como prioridade a questão social. A população enfrentou problemas sérios de moradia, e fora levada a estabelecer-se na periferia, onde vivia em condições precárias.

Como forma de estender a sua atuação, em busca de solução para esses problemas sociais, o Conselho adotou uma série de medidas. Criou um Instituto Policlínico, concedeu subvenções a escolas e a institutos educacionais que mantivessem cursos noturnos para operários, criou escolas noturnas em bairros com população de baixa renda, manteve refeição econômica e albergue noturno e garantiu transporte para os menos favorecidos.

Preocupou-se em regulamentar a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público, a poluição visual, a tributação para ambulantes e negociantes de artigos de carnaval. Elaborou o primeiro projeto de posturas municipais e estabeleceu normas para a construção. Editou leis para solucionar os problemas sanitários da Cidade e regulamentou a instalação de indústrias. Cuidou da higiene e da saúde pública, introduziu os hidrômetros e a cobrança de taxas e organizou o serviço de limpeza urbana.

Apesar dos limites impostos à atuação do Legislativo, como é possível constatar, este realizou muitas ações objetivando a melhoria das condições de vida da população.

Em 1927, a Lei Estadual nº 970 oficializou, por fim, as atribuições dos conselhos deliberativos dos municípios que eram sede de prefeituras, dirimindo os conflitos de competências entre Legislativo e Executivo.

Durante os seus trinta anos de funcionamento, o Conselho Deliberativo atuou em perfeita harmonia com o Executivo, sem fazer-lhe oposição.

Em janeiro de 1931, o Decreto Es-



Rua da Bahia com Avenida Afonso Pena em 1902

tadual nº 9.847 dissolveu o Legislativo Municipal e redefiniu as atribuições do Prefeito, que passou a acumular as funções de Executivo e Legislativo. Este fato representou um retrocesso no que se referia à participação popular, além de comprometer a construção do processo democrático.

Entre outras medidas, esse Decreto submeteu as prefeituras municipais à Secretaria do Interior e a Capital ao Presidente do Estado. Para assessorar o Prefeito, o mesmo Decreto criou o Conselho Consultivo Municipal, cujas funções seriam, entre outras, sugerir providências ao Prefeito, opinar sobre projetos, sobre preços de alienação de imóveis, planos e orçamentos de obras, emitir parecer sobre contas e relatórios do Prefeito e sobre qualquer pedido de autorização feito ao Governo do Estado.

Por ser consultivo, esse Conselho não compõe a história do Legislativo Municipal de Belo Horizonte, apenas preenche a lacuna criada pela extinção do Conselho Deliberativo.

Em agosto do mesmo ano, foram criados, por Decreto Federal, os conselhos consultivos estaduais, para atuarem como assessores das administrações municipais. Na prática, o legislativo municipal, suprimido formalmente, continuou a ser exercido pelos conselhos consultivos estaduais.

De agosto de 1931 a julho de 1934, período que antecedeu a promulgação da Constituição que substituiria a de 1891, o País viveu momentos de intensa articulação e disputa política. O governo e os grupos que compunham a Assembléia Nacional Constituinte defendiam posturas políticas bem diversas. Para o governo e as lideranças tenentistas, a nova Constituição deveria incorporar as mudanças sociais, econômicas e políticas que estavam ocorrendo no País. Para os grupos oligárquicos, o momento era de garantir aos estados destaque no cenário nacional. A Igreja Católica defendia mais intervenção na vida política do País. Aos constituintes competia encontrar uma forma de conciliar os variados projetos e interesses.

Durante esse período, o governo valeu-se de diversas manobras na tentativa de conduzir os trabalhos da Assembléia segundo os próprios interesses. Criou uma Comissão Cons-

titucional para elaborar um anteprojeto da Constituição e o Regimento Interno da Constituinte e articulou politicamente os diversos grupos representados. Apesar dessa intensa articulação, foram vitoriosos, na eleição que apontaria os 254 constituintes, os grupos políticos regionais.

Em 16 de julho de 1934, após oito meses de muitas discussões, foi promulgada a nova Constituição.

Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que ocorriam no mundo contribuíram para que a Constituição de 1934 fosse essencialmente diversa da de 1891. Caracterizou-se a de 1934, especialmente, pela consagração de uma nova ordem econômica e social e pela aprovação de medidas que beneficiavam a classe trabalhadora, como a criação da Justiça do Trabalho, a instituição do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, as férias anuais remuneradas e o descanso semanal. Além disso, assegurou a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos.

Instituiu o mandado de segurança, restaurou o habeas corpus e definiu pela intervenção do Estado no domínio econômico. Progressista em relação à Constituição de 1891, a de 1934 propôs-se a proteger a propriedade. Liberal e democrática, ignorou os partidos políticos, com já o fizera a Carta Magna de 1891. Assegurou a importância dos estados com a vitória do princípio federalista e determinou a nacionalização das minas, jazidas minerais, quedas d'água, bancos de depósito e empresas de seguro.

No que se referia aos municípios, a Constituição de 1934 estabeleceu as condições essenciais para a criação destes. Garantiu-lhes autonomia e definiu responsabilidades, como a destinação de 10% da renda tributária do município para a educação pública e de 1%, no mínimo, para a assistência à maternidade e à infância.

Estabeleceu, ainda, as competências da Câmara Municipal e do Prefeito: "A administração do Muni-



Construção típica do início do século

cípio compete, em sua função deliberativa, à Câmara Municipal, e, em sua função executiva, ao Prefeito.”. Definindo as responsabilidades, a Constituição de 1934 desfez os conflitos entre Legislativo e Executivo, no que respeitava ao campo de atuação de cada um desses poderes.

Quanto às eleições para o preenchimento dos cargos de Prefeito e parlamentares, a nova Constituição determinou que os vereadores da Câmara Municipal fossem eleitos por voto direto e secreto, mas deixou entrever, no § 1º do art. 13, a possibilidade de que o Prefeito não o fosse: “Lei determinará o modo de eleição do Prefeito, podendo esta realizar-se conjuntamente com a dos vereadores, pelo voto direto, ou indireto, pela maioria da Câmara.”. Vedou a reeleição para ambos os cargos, definiu pela gratuidade do serviço público relevante prestado pelo vereador e obrigou a Câmara Municipal à realização de, pelo menos, duas reuniões anuais: a primeira, para tomar as contas do Prefeito e a segunda, para votar o orçamento. Previu, também, por fim, a possibilidade de realização de sessão extraordinária. Em 18 de agosto de 1936, a Câmara Municipal de Belo Horizonte teve restabelecido o seu funcionamento.

A idéia de progresso econômico e a presença de questões políticas que agitavam o cenário nacional, principalmente, a campanha anti-comunista pós-1935 marcaram esta fase em que se iniciava a organização da Câmara Municipal. Foram eleitos os vereadores. Paradoxal-

mente, esses cargos continuaram a ser ocupados por integrantes das elites mineiras, que, no exercício de seus mandatos, comportaram-se como políticos populistas.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte, a ser composta por quinze membros, exerceria suas funções por meio de provimentos e resoluções. A legitimidade das decisões tomadas por esta Câmara fundava-se no fato de resultarem estas de debates realizados entre os representantes, eleitos pela população da Cidade, diferentemente do que ocorria com as deliberações advindas dos conselhos consultivos.

Diversas medidas de interesse da coletividade foram tomadas pelos vereadores nesse período: canalização de córrego, reflorestamento da Cidade, proibição de estabelecimento de pastagens nas zonas urbanas e suburbanas, bem como nas vilas da Capital, isenção de impostos para estabelecimentos de ensino, investimento em equipamentos urbanos que propiciassem lazer e cultura. Tais medidas visavam à saúde pública ou à qualidade de vida da população ou, ainda, à estética da Cidade.

Outra medida importante foi a isenção de impostos, por quinze anos, para a primeira fábrica de tecidos que se estabelecesse na Capital. A contrapartida é que a fábrica em questão deveria dispor de, no mínimo, seiscentos teares. Essa medida demonstrava a preocupação dos vereadores com a geração de postos de trabalho e com o desenvolvimento industrial da Cidade.

Apesar dos avanços que representou, a Constituição de 1934 não construiu a alternativa de que a situação do País necessitava, não conseguiu conciliar as tendências diversas que coexistiam no cenário político do País. Pode-se inferir que, de certa forma, esta Constituição preparou o caminho para o Estado Novo.

Em 10 de novembro de 1937, então, a Constituição imposta pelo golpe do Estado Novo, decretou, em seu art. 178: “São dissolvidos, nesta data, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais.”, obrigando o País a proceder a um novo corte no processo de construção de sua democracia. ~

Rua da Bahia com Avenida Afonso Pena em 1935

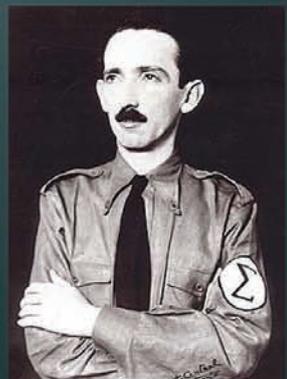


ANOS 30

UMA DÉCADA QUE MUDOU O BRASIL

Cada década da história brasileira tem a sua importância. No entanto, os anos 30 foram especialmente movimentados no que diz respeito à política nacional. Até hoje, questões referentes àquela época tais como tenentismo, política do café-com-leite, integralismo e comunismo, plano Cohen, revoluções e golpe de estado são lembradas e discutidas pela sociedade brasileira. Da mesma maneira, nomes como Getúlio Vargas, Luis Carlos Prestes e Plínio Salgado são personalidades que marcaram aquele período e não caem no esquecimento da história política brasileira. No que diz respeito ao Município, os anos 30 também tiveram sua relevância na nossa Capital, especialmente no âmbito legislativo, com a instalação da primeira Câmara Municipal de Belo Horizonte, no dia 7 de junho de 1936. Estes e outros assuntos referentes à época serão discutidos ao longo da matéria.

Alguns dos principais atores políticos do Brasil da década de 30: o Presidente Washington Luís, o eleito e não empossado Júlio Prestes, o Presidente Getúlio Vargas, o comunista Luís Carlos Prestes e o integralista Plínio Salgado. Ao fundo, funeral de João Pessoa em 1930



Revolução de 30

A Revolução de 30 é a expressão máxima da revolta das classes marginalizadas e exclusas da política do café-com-leite, composta pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, que monopolizavam a política e a economia do País.

Ainda na República Velha, um novo processo de industrialização e urbanização foi posto em prática, fato que provocou o aparecimento de novas forças sociais e políticas. Tais forças viram no movimento revolucionário a oportunidade de acabar com o monopólio político-econômico imposto pelas oligarquias dominantes da época.

O movimento de 7 de outubro de 1930 eclodiu em decorrência de fatores de ordem estrutural e conjuntural, caracterizados pelas contradições econômicas e políticas instauradas na sociedade, em razão do predomínio absoluto da oligarquia do café, da crise de 29, e da deposição do então Presidente do Brasil, Washington Luís. A deposição foi imposta, por meio de força, pela oposição, que não concordava com a indicação feita por Washington Luís de um candidato de São Paulo para substituí-lo no cargo de Presidente. Tal atitude rompeu o "acordo" feito na política do café com leite, que determinava a candidatura alternada entre políticos mineiros e paulistas.

Em represália à oficialização da candidatura de Júlio Prestes foi criada a Aliança Liberal, composta pelos presidentes dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Essa aliança tinha por objetivo principal impedir o avanço da candidatura de Prestes ao cargo de Presidente da República. Com planos em mente, a Aliança Liberal decide, então, oficializar, como seu candidato a Presidente, Getúlio Vargas, representante do Estado do Rio Grande do Sul. Como Vice-Presidente, o candidato indicado foi João Pessoa, da Paraíba.

Em 1930, Júlio Prestes venceu as eleições, mas não foi empossado, devido a pressões políticas impostas pela oposição. Num primeiro momento, a vitória de Prestes foi aceita pacificamente, apesar dos indícios de fraude apresentados pelos opositoristas durante a eleição. Mas setores importantes e os tenentes que faziam parte da Aliança Liberal, insatisfeitos com o episó-



POLÍTICA DO CAFÉ-COM-LEITE

A política do café-com-leite representou a tentativa da elite dos estados de Minas Gerais e de São Paulo de monopolizar tudo o que se referia às questões políticas e econômicas no País, no período de 1894 a 1930. Essa política consistia, basicamente, em uma sucessão alternada de presidentes civis por dois partidos, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Estes dois partidos tinham como propósito representar os interesses dos estados mais ricos da união, no caso São Paulo e Minas Gerais.

Os presidentes eleitos eram provenientes das elites mineira e paulista e, com isso, favoreciam sempre o setor agrícola desses dois estados, principalmente do café e do leite. A política do café-com-leite favoreceu em muito o crescimento da agricultura e da pecuária na região que hoje equivale à parte Sudeste do País. A consequência disto, entretanto, foi um abandono de investimentos nas demais regiões brasileiras, o que resultou no agravamento dos problemas sociais e econômicos destas regiões.

Destaque-se que o último Presidente eleito nos moldes desse sistema foi o paulista Washington Luís. A política do café-com-leite entrou em crise quando o próprio Washington Luís não indicou um político mineiro para sucedê-lo. Esse fato revoltou o Estado de Minas Gerais e acabou sendo um dos principais fatores para que o Estado apoiasse o gaúcho Getúlio Vargas, então candidato da Aliança Liberal, para assumir o cargo de Presidente da República.



dio, defendiam o uso de armas para a tomada do poder por meio de uma revolução. Com o assassinato de João Pessoa essa idéia foi reforçada pelos aliancistas, que alegavam ser a morte do Vice de Vargas uma tentativa para sanar qualquer tipo de revolta contra a eleição de Júlio Prestes. Em 3 de outubro, teve início, então, a Revolução de 1930, que ensejou a Getúlio Vargas assumir o poder.

Do Sul ao Norte do País, os revolucionários não encontraram resistência. Até São Paulo, cidade de onde se esperava maior relutância, rendeu-se às forças revolucionárias. Tal fato ocorreu após a deposição do Presidente Júlio Prestes, em 24 de outubro, pelo alto comando das Forças Armadas. Mediante a criação de uma junta pacificadora, as Forças Armadas entregaram o poder máximo do País a Getúlio Vargas. O novo Presidente deu início a seu mandato, com a instituição do chamado Governo Provisório.

Governo Provisório (1930-1934)

A partir de sua posse, em 3 de novembro de 1930, Vargas dava início ao Governo Provisório e só sairia do poder quinze anos depois com sua deposição. Esse governo fundamentou-se em uma reforma administrativa, que rearticulava os setores sociais dominantes e criava os ministérios da Educação e Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio. Visava, ainda, a um maior controle sobre os setores sociais, reconhecendo sindicatos por meio do Ministério do Trabalho. A força representada pelas classes da burguesia cafeeira e dos tenentes dava sustentação ao governo vigente. Essas mesmas classes, entretanto, reivindicavam espaço no cenário político, baseando-se na prática intervencionista, contrária à proposta de centralização política de Vargas.

Deve-se ressaltar que uma das primeiras medidas praticadas por Vargas foi o fechamento do Congresso, dos legislativos estaduais, municipais e dos partidos políticos.

Tais medidas causaram descontentamento em diversas regiões do País. Manifestavam-se contra elas o Norte, o Nordeste, o Estado de Minas Gerais e, até mesmo, o Estado do Rio Grande do Sul - terra de Vargas -, mas foi São

TENENTISMO

O tenentismo (1920) foi um movimento revolucionário caracterizado pela luta armada de tenentes do Exército brasileiro que, insatisfeitos com a situação política vigente no País, revoltaram-se contra o governo da época. Três foram as rebeliões marcantes do Tenentismo: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, a Revolta Paulista e a Coluna Prestes. A primeira aconteceu em 1922 e refere-se à tentativa dos militares de impedir a posse de Arthur Bernardes à presidência do País. A segunda ocorreu em 1924 e representou a tentativa de retirada do governador do Estado de São Paulo do poder. A terceira e última revolta foi a Coluna Prestes, que, no período entre 1925 e 1927, eclodiu como represália à insatisfação com a República Velha, com os principais objetivos de exigir o voto secreto e melhorias no ensino público.

O movimento tenentista não conseguiu alcançar o poder para realizar a reestruturação política do País que planejava. Manteve, porém, vivo o espírito de revolta contra o poder oligárquico, vigente na política do café-com-leite. Deve-se ressaltar que foi o Tenentismo que preparou terreno para a Revolução de 1930, movimento que alterou, de forma definitiva, as estruturas de poder no País.



Paulo que apresentou maior expressão oposicionista. Com isso, as oligarquias e antigos aliados ergueram-se contra o governo, exigindo a convocação da Constituinte e o fim do Governo Provisório.

Em 1932, tal embate político resultou na Revolução Constitucionalista.

Assembléia Constituinte

A Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 manteve a Federação e as eleições diretas para presidente, com mandato de quatro anos. Além disso, regularizou medidas tomadas no Governo Provisório, como a extinção do cargo de vice-presidente, criação do mandato de segurança e implantação

Revolução Constitucionalista 1932

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento que teve início em São Paulo, após o Golpe de 30, quando Getúlio Vargas subiu ao poder e, não respeitando a autonomia paulista, nomeou um Interventor de outro Estado para assumir o poder. Deve-se ressaltar que, naquela época, os interventores exerciam cargos iguais aos que os governadores exercem atualmente. Com isso, toda a população e, principalmente os dirigentes do Partido Republicano Paulista - PRP -, ficaram indignados, uma vez que a política centralizadora de Vargas desagradava às oligarquias da época e às elites políticas do Estado. Assim, reivindicaram novas eleições e o fim do governo provisório.

Como consequência, desencadeou-se, no País, uma série de propagandas contra o Governo Federal, além de passeatas nas ruas, até que, em vinte e três de maio de 1932, é realizado um comício que culminou em conflito armado, no qual quatro estudantes morreram. As iniciais de seus nomes formavam a sigla MMDC, que se transformou no símbolo da Revolução.

O Estado de São Paulo contava com o apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Mato Grosso e estava confiante na vitória, mas somente Mato Grosso foi leal ao estado paulista. Participavam do movimento

desde médicos e engenheiros até donas de casa, comerciantes e estudantes, que se uniram para lutar por seu objetivo maior: instalar a nova Constituição no País.

No dia 9 de julho de 1932, o então Interventor do Estado informa a Vargas que estavam esgotadas todas as formas de tentar coibir o movimento ao qual toda a população de São Paulo tinha-se aderido. Inicia-se, então, a Revolução Constitucionalista.

O conflito durou pouco tempo - cerca de três meses -, devido à falta de armamentos e de homens capacitados para o combate, por parte dos paulistas. Além disso, as tropas federais eram mais numerosas e melhor equipadas e chegavam a usar aviões para bombardear cidades do interior paulista. Os revoltosos esperavam também o apoio de outros estados, o que não aconteceu.

Em outubro de 32, os paulistas se renderam, e muitos civis foram presos, caçados e deportados. Mesmo com a derrota, dois anos após o fim da Revolução, uma Assembléia foi eleita pelo povo.



da Justiça do Trabalho.

Quando foi aprovada, a Constituição criou um Código Eleitoral que instituiu o voto secreto e estendeu o voto obrigatório a homens e mulheres, maiores de 18 anos. Além disso, a Assembléia Constituinte promulga Getúlio Vargas como governante do Brasil até 1938.

INTEGRALISMO X COMUNISMO

A Ação Integralista Brasileira - AIB -, conhecida como Integralismo, foi fundada em outubro de 1932. Com influências do Fascismo e do Nazismo, o movimento tinha como sua principal característica ideológica o resgate da cultura nacional, o nacionalismo extremado, a valorização da prática cristã, o combate ao comunismo e o princípio da autoridade. Em outras palavras, o Integralismo pode ser considerado um movimento de extrema direita.

A AIB contava com o apoio dos setores mais conservadores da sociedade como o clero, a alta hierarquia militar e a oligarquia tradicional. O "lema" da AIB era "Pátria, Deus, Família".

O projeto político dos integralistas consistia na unificação de todos os aspectos do ser humano e da sociedade sob uma hierarquia estabelecida. Dentro dessa conjuntura, o valor espiritual deveria sobrepor-se ao moral, que, por sua vez, ficaria acima do social, que se colocaria acima do nacional e do particular.

O principal intelectual integralista foi Plínio Salgado, que, além de criar a Teoria do Estado Integral, foi responsável pela criação, também, do conjunto de hábitos praticados pelos adeptos, como símbolos, costumes e rituais. A bandeira era caracterizada com o sinal do cálculo integral, a letra sigma. A intenção era representar a soma das pequenas partes sob um único prisma.

Já o comunismo é um sistema econômico que se baseia na negação da propriedade privada. Os meios de produção são socializados de modo a serem propriedade da população. O título de principal teórico comunista é frequentemente atribuído a Karl Marx, embora outros nomes devam ser citados, tais como Friedrich Engels e Vladimir Lenin.

Na década de 30, os comunistas brasileiros eram representados pelo Partido Comunista do Brasil - PCB -, cujo Presidente de honra era Luís Carlos Prestes.

Seguindo tendência mundial, também aqui se formou uma frente popular composta por diferentes segmentos políticos (comunistas, socialistas e tenantistas) visando a contrapor-se ao Integralismo. Surgiu assim, em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora.

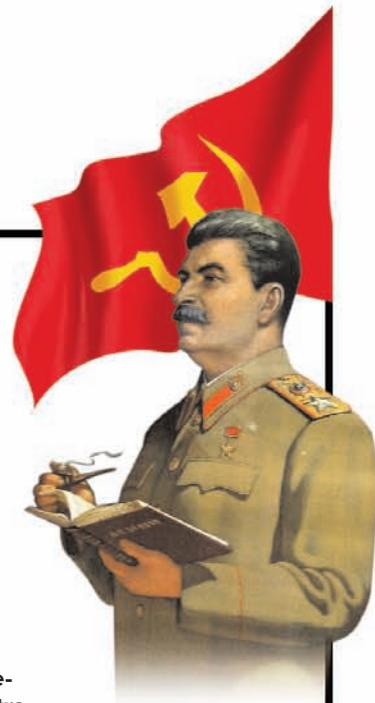
Ação Integralista Brasileira nutria, em seus adeptos, uma aversão pelos comunistas, de modo a tornar esse sentimento um incentivo na luta contra a chamada "ameaça vermelha". A disputa pelo poder entre as duas ideologias tornou o ambiente político bastante instável, com a ocorrência de freqüentes conflitos entre integralistas e comunistas.

Os efeitos da grande crise enfrentada pelo capitalismo em 1929 proporcionaram um ambiente favorável para o crescimento de movimentos comunistas. Com isso, as manifestações esquerdistas começaram a se aglutinar na sociedade. Os integralistas formaram grupos paramilitares que agiam com violência, com o objetivo de deter tais manifestações esquerdistas. O ambiente era de temor. Até mesmo setores mais moderados para a ambiência da época se inquietaram.

O desconforto causado pelo crescimento de movimentos esquerdistas levou, inclusive, à redação de uma carta episcopal contra o comunismo. Na carta, pode-se encontrar o seguinte trecho: "Desgraçadamente, o comunismo paira terrível sobre as nossas cabeças. Filhos de deslavada e hipócrita doutrina, em que se prescreve o materialismo com princípio e a violência como norma".

Aliás, o conjunto da Câmara abraçou esse temor, aprovando em votação unânime, a inserção da carta episcopal nos anais da Câmara.

A situação parecia estar estabelecida e havia descrença quanto a uma solução pacífica e, muito menos, democrática: de fato, em novembro de 1937, veio o golpe que instituiu o Estado Novo, fazendo com que as duas forças antagônicas perdessem.



Governo Constitucional (1934-1937)



**Plenário da Assembléia
Nacional Constituinte
de 1934**

O período entre 1934 a 1937, em que Getúlio Vargas governou constitucionalmente o País, foi marcado pelo aumento da atuação da Ação Integralista Brasileira - AIB -, de inspiração fascista, na política nacional. Em contrapartida, crescia a força do Partido Comunista do Brasil - PCB -, espelhado no sucesso da instalação do socialismo na União Soviética. O PCB apoiou, de forma incisiva, o movimento conhecido como a Aliança Nacional Libertadora - ANL -, que tinha como seu Presidente de honra, Luís Carlos Prestes, um importante líder comunista da época.

Getúlio Vargas, temendo o crescimento do movimento comunista no Brasil, determinou o fechamento da ANL, assim como a prisão de alguns de seus membros partidários. Tal fato, porém, acirrou os ânimos das cabeças pensantes do movimento, fazendo com que se iniciassem as conspirações que desencadearam a Revolta Comunista de 1935, ocorrida no mês de novembro, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. A revolta fracassou e foi contida, de forma rápida e severa, pelas tropas de Vargas. A partir daí, os comunistas passaram a sofrer maior repressão e opressão pelo governo.

Ainda no mês de novembro, com o intuito de combater os levantes comunistas, Vargas decretou Estado de Sítio, que se caracteriza pela restrição de certos direitos dos cidadãos, com o objetivo de manter a ordem pública. A decretação de Estado de Sítio faz com o que o Executivo assumia poderes normalmente atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário.

A instauração do Estado de Sítio era o pretexto inicial de que Getúlio Vargas necessitava para conduzir o País à ditadura. Ele soube, por meio de espíões infiltrados no PCB, que o Partido planejava movimentos de insurreição. Pelo fato de terem sido planejados e executados de forma errônea, esses movimentos não obtiveram sucesso. Por causa das aspirações oposicionistas, Getúlio Vargas utilizou-se da chamada ameaça comunista para preparar terreno, com o fim de atingir seus objetivos pessoais.

A VERDADE SOBRE O PLANO COHEN

De acordo com informações da Fundação Getúlio Vargas / Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o Capitão Olímpio Mourão Filho foi responsável pela elaboração de um documento sobre um plano comunista de tomada de poder, denominado Plano Cohen. Mourão Filho, por sua vez, afirmou que tal documento era simulação de uma suposta insurreição comunista, para uso restrito no âmbito da Ação Integralista Brasileira - AIB.

O Plano Cohen foi falsamente atribuído à Internacional Comunista, sendo amplamente divulgado pelo Governo brasileiro da época, e constituiu-se no pretexto principal utilizado por Vargas para golpear a democracia e implantar a ditadura do Estado Novo.

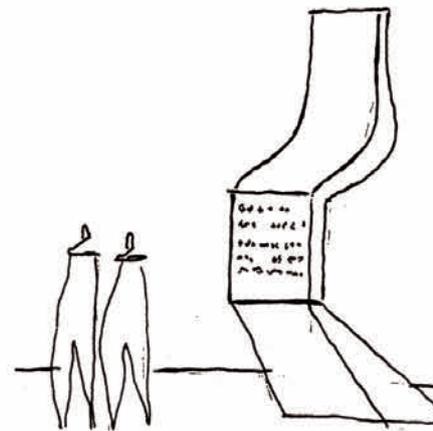


Em 1937, iniciou-se a corrida eleitoral para a sucessão presidencial, prevista para janeiro do ano seguinte. Entretanto, Getúlio Vargas já arquitetava planos para continuar no poder, mesmo com os getulistas tendendo para a candidatura de José Américo de Almeida, contrariamente ao candidato da oligarquia paulista, Armando de Sales Oliveira. Para realizar suas ambições, Vargas contava com o apoio do General e Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, Góes Monteiro, e do Ministro de Guerra, o General Dutra.

Todavia, alguns membros do Congresso Nacional, antevendo a intenção golpista de Getúlio Vargas, impediram a renovação do até então vigente Estado de Sítio. Nesse momento, entrou em prática o controverso documento, de duvidosa autoria, que mudou a história política brasileira, o Plano Cohen. Esse documento propunha, basicamente, um plano, elaborado supostamente por membros da Internacional Comunista, que visava ao assassinato de personalidades importantes e a tomada do poder, à força, pelos comunistas.

Segundo a versão oficial do governo, tal documento foi “descoberto” pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, sendo entregue, logo em seguida, ao General e Chefe do Estado-Maior, Góes Monteiro, o responsável por divulgá-lo na imprensa. O clima estava criado, a “ameaça vermelha” já fazia parte do cotidiano da sociedade brasileira. O medo de uma revolução comunista no Brasil fez com que o Congresso Nacional atendesse ao pedido do Governo, de instituir o Estado de Guerra no País. Caracteriza-se por Estado de Guerra o ato de suspender todas as garantias constitucionais consideradas, direta ou indiretamente, prejudiciais à segurança nacional. Todas as condições favoráveis ao golpe estavam criadas.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo e determina o fechamento do Congresso Nacional, assim como o de todas as casas legislativas do País. Vargas ainda outorgou uma nova Constituição, que lhe garantia o controle dos poderes Legislativo e Judiciário. E, logo no início de dezembro, assinou o Decreto que determinou o encerramento das atividades partidárias. Era o início do Estado Novo, que se manteve vigente até 29 de outubro 1945, quando Vargas foi deposto. ~



INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Na nova Constituição, elaborada na Assembléia Constituinte de 1934, entre outras realizações, o direito ao voto secreto foi definido de forma igual para homens e mulheres. No dia sete de junho de 1936, foram realizadas as eleições municipais que visavam a escolher seus representantes legais. As eleições representaram uma vitória da democracia num período muito conturbado que se vivia na política nacional.

Em Belo Horizonte, após a realização das eleições, fez-se necessária a instalação de uma câmara municipal, para que os então recém-eleitos vereadores pudessem legislar.

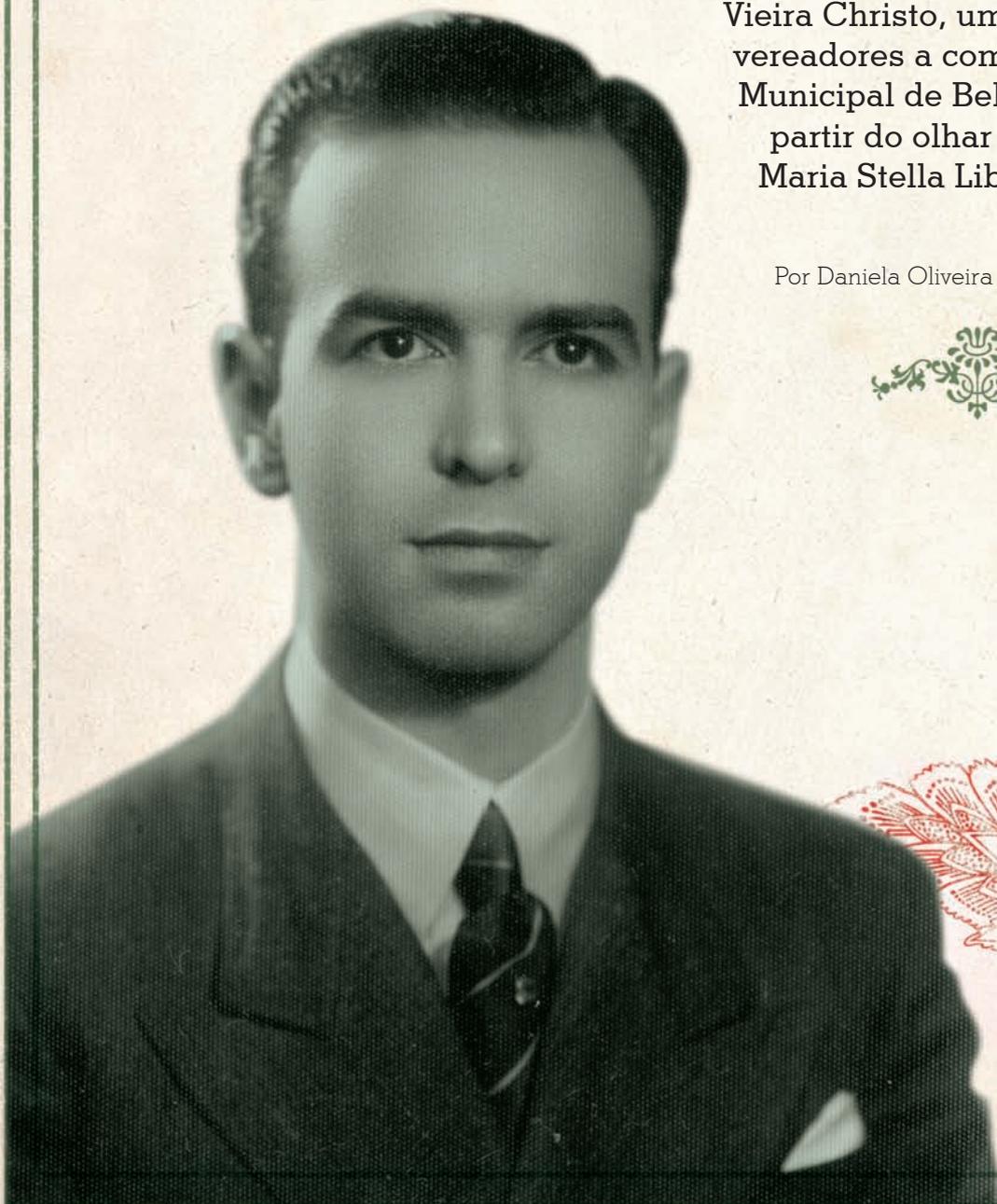
A inauguração da Câmara Municipal de Belo Horizonte ocorreu no dia sete de agosto de 1936, às 13 horas

CHRISTO E A POLÍTICA



A história de Antônio Carlos
Vieira Christo, um dos primeiros
vereadores a compor a Câmara
Municipal de Belo Horizonte, a
partir do olhar da escritora
Maria Stella Libânio Christo

Por Daniela Oliveira e Vanessa Freitas



Filho de Antônio Francisco Vieira Christo e Zina Augusta Campos Christo, pai de Luiz Fernando, Carlos Alberto, Maria Cecília, Maria Tereza, Rodrigo, Antônio Carlos, Breno e Leonardo, Antônio Carlos Vieira Christo nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 1913, onde viveu a maior parte de sua vida.

Como estudante, Antônio Carlos passou pelo Grupo Escolar Barão do Rio Branco e cursou o Ensino Médio nos colégios Pedro II, no Rio de Janeiro, e Arnaldo, em Belo Horizonte. Obteve seu diploma na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, atual UFMG, em 20 de novembro de 1935. Na Universidade, Vieira Christo participou de vários movimentos estudantis e foi integrante do Centro Acadêmico Afonso Pena. Daí o seu envolvimento com a política e o desencadear de seu comprometimento com a vida pública.

Eleito para o cargo de vereador, em Belo Horizonte, aos 22 anos de idade, foi deposto e preso durante o governo de Benedito Valadares, em consequência do golpe de 1937, quando se deu o fechamento de todas as câmaras municipais do País. Ficou nessa condição durante 43 dias.

Já em liberdade, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou sua luta contra a ditadura, durante o governo Vargas. Em 1943, assinou o "Manifesto dos Mineiros" em favor da redemocratização do Brasil.

No ano de 1947, voltou a Belo Horizonte e exerceu cargos como o de professor, juiz, advogado e escritor. Mesmo depois de aposentado, trabalhou como cronista.

Em entrevista concedida a *Pensamento & Memória*, Maria Stella Libânio Christo, viúva do ex-Vereador, conta como foi viver ao lado de um importante político da década de 30.

**Vieira Christo e sua esposa,
Maria Stella Libânio Christo**



Vida Pública

O início da vida pública de Vieira Christo foi marcado pela primeira eleição dos vereadores que iriam compor, na época, a recém-instalada Câmara Municipal de Belo Horizonte. Tinha apenas 22 anos quando disputou o cargo de vereador com políticos importantes, afirma a esposa do ex-Vereador, a senhora Maria Stella Libânio Christo: "Ele concorreu à vaga para Vereador de Belo Horizonte com políticos veteranos, como João Franzem de Lima, Américo René Gianetti, Alberto Deodato e, curiosamente, com meu pai, Ismael Libânio". Maria Stella lembra ainda que, na época, o marido e alguns amigos tiveram a idéia de ir até policiais que ficavam nas ruas, de poste em poste, para pedir votos, o que surpreendentemente favoreceu a eleição de Vieira Christo. Ele foi eleito em 7 de junho de 1936, pelo Partido Republicano Mineiro - PRM -, que fazia oposição ao go-

verno Vargas. "Ele sempre foi muito político e não perdia uma Sessão da Câmara", afirma Maria Stella.

Vieira Christo exerceu o cargo de Vereador de agosto de 1936 a 10 de novembro de 1937, data em que ocorreu o fechamento da Câmara. Tal fato se deu em decorrência do Decreto do Presidente Vargas, que determinou a dissolução da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das assembleias legislativas dos estados e das câmaras municipais do País.

O golpe do Estado Novo modificou diretamente o estilo de vida de Vieira Christo, que perdeu, com o fechamento da Câmara, o cargo de Vereador. Maria Stella disse que o marido fora, na ocasião, impedido de entrar naquele recinto: "Antônio Carlos foi barrado por um guarda ao entrar na Câmara, pois Vargas havia mandado fechá-la", afirma. Ainda, segundo Maria Stella, este foi um período muito difícil para sua família, principalmente depois que o marido assinou o Manifesto dos

22

"Antônio Carlos foi barrado ao entrar na Câmara por um guarda, pois Vargas havia mandado fechá-la", afirma Maria Stella

MARIA STELLA POR MARIA STELLA

"Já fiz trabalhos em periferias, sempre trabalhei com as varredoras de rua, dei aulas em favelas, e escrevi oito livros de culinária", diz Maria Stella, com olhar de satisfação. Maria Stella Libânio Christo é autora de títulos famosos da culinária mineira, entre eles: "Fogão de Lenha", o mais recente, "Fogãozinho", "Saborosa viagem pelo Brasil" e "Quentes e Frios".

Maria Stella também acha tempo para se dedicar ao único grupo da Ação Católica, a Juventude Independente Católica - JIC -, que

estuda textos teológicos, faz leitura do evangelho da semana e discute temas do dia-a-dia. "Lembro-me que tivemos de mudar o nome da organização por causa da revolução, para 'Renovação Cristã', mas não se trata de um grupo carismático", diz.

Maria Stella é uma típica mulher de Minas, que, ao lado do marido Antônio Carlos Vieira Christo, viveu uma parte da história que o povo mineiro desconhece.

Mineiros. (Vide quadro ilustrativo abaixo)

Com Vargas no poder, fazer política no Brasil ficou praticamente impossível. Esse fato incentivou o protesto do grupo da elite política mineira que criou o Manifesto dos Mineiros. Esse documento expressava a insatisfação destes contra o governo. Em represália à publicação do Manifesto, o governo afastou militantes de seus cargos e exigiu a demissão destes de empregos seculares. "Nós perdemos tudo que tínhamos depois que Antônio Carlos assinou o Manifesto dos Mineiros, até mesmo o emprego de advogado que meu marido tinha na empresa de engenharia do Sr. Dante Conceição", diz Maria Stella.

Além de ser político, o ex-Vereador também exerceu outras diversas funções. Aos 18 anos, foi secretário particular de Arthur Bernardes. Mais tarde, advogou pelo Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - e por uma empresa no Estado do Rio Grande do Sul, onde

trabalhou durante pouco tempo. Lecionou na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Foi nomeado Juiz Civil da Justiça Militar, Chefe de Gabinete da Secretaria de Justiça e ainda integrou-se à Companhia de Seguros de Minas Gerais, como presidente. A última atividade que exerceu foi de escritor de crônicas para os jornais Estado de Minas e Hoje em Dia.

Família e Últimos Feitos

Antônio Carlos e Maria Stella casaram-se em 1941 e foram morar no Rio de Janeiro. Segundo ela, na época, não havia condição de morarem em Belo Horizonte.

Maria Stella revelou a Pensamento & Memória que, apesar de o marido e ela possuírem personalidades totalmente diferentes, eles se davam muito bem. Foram 60 anos de união, afirma a senhora de 88 anos, esbanjando saúde.

MANIFESTO AO POVO MINEIRO

Com o objetivo de por fim à ditadura no período do Estado Novo (1937-1945) e propagar as idéias de redemocratização do país, a elite da política mineira publicou um manifesto como forma de protesto ao governo vigente, este foi denominado como "O Manifesto dos Mineiros" ou "O Manifesto ao Povo Mineiro". O documento contou com 92 signatários, entre eles pode-se destacar: Virgílio de Melo Franco, Milton Campos, Pedro Aleixo, Arthur Bernardes, Afonso Pena Jr., Bilac Pinto, Mário Brant, Antônio Carlos Vieira Christo.

Considerado como a primeira forma explícita de manifestação contra a ditadura o documento foi impresso clandestinamente em uma gráfica de Barbacena,

isto porque a censura não permitia a circulação de documentos antigovernamentais. É importante ainda destacar que estes foram distribuídos de maneira discreta entre a população, de mãos em mãos e colocados debaixo das portas das casas.

O governo Vargas logo em seguida pôs fim à manifestação ideológica através da dispensa de políticos envolvidos com o manifesto de seus cargos públicos e privados e também através de ameaças de exílio.

Mesmo com a pressão exercida pelo governo outros manifestos foram elaborados mas não conseguiram de forma efetiva a deposição de Vargas.



Maria Stella descreveu o ex-Vereador Antônio Carlos como um homem simples, que se preocupava com a família e com os bons princípios. "Ele era um homem honesto e não abria mão de dar a atenção necessária à família", diz. Ainda segundo ela, o ex-Vereador era um homem que gostava das livrarias e padarias.

Nos últimos anos de sua vida, Antônio Carlos dedicara-se à arte de escrever. Trabalhou 30 anos no

jornal Estado de Minas e escrevia, diariamente, uma crônica para o jornal Hoje em Dia. Os textos escritos ao longo da vida serviram de inspiração para a publicação do livro "Crônicas das Gerais", em 1993.

Antônio Carlos Vieira Christo, morreu em 10 de setembro de 2002 e, certamente, foi um homem que fez história e que sempre será lembrado por todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. ~

50 ANOS

"Você, Antônio - disse-me de súbito o velho amigo - há cinquenta anos passados era eleito vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Pela oposição".

Sinceramente, não me lembrava de haver transcorrido tanto tempo assim.

O de que me lembrava. Como me lembro sempre, é o dia em que deixei de ser vereador. Pela força.

No dia 10 de novembro de 1937, uma geração inteira, geração nova, era varrida do direito ao exercício do sufrágio popular, como de resto todo o povo brasileiro.

Quem, por intermédio do voto, estivesse no desempenho de um mandato legislativo, que se considerasse deposto.

Bonito.

Bonito foi explicar aos filhos, mais tarde, porque perdi o mandato.

Mandato, acredite quem quiser, o qual eu não acreditava poder alcançar por via das urnas.

Mal saído dos bancos da escola superior, aos 22 anos de idade, quem votaria em mim? Sonhador, não despertava de todo para a realidade do que me estava sendo proposto: disputar uma eleição .

Com surpresa, não se muito batalhar, fui ungi-do pelas urnas.

Um dia, eis-me entre homens sisudos, para com eles enfrentar a luta. Eu era pequeno demais para competir com aquelas figuras de valor

e experiência, condições que me faltavam. Mas fui em frente, resolvido a apanhar com honra e humildade.

Conjunto sóbrio, pelo número de representantes, é com saudade e respeito que recordo Antônio Aleixo, nosso incomparável presidente; Monsenhor Arthur de Oliveira, Alberto Deodato, Abraão Leite, Américo Gianetti, Antônio Mariano de Abreu, Leontino Cunha, Modesto Araújo, Álvaro Cardoso, Amintas de Barros, Afonso dos Santos, Roberto Werneck e Washington Walfrido do Nascimento, já falecidos. Comigo, sobreviventes, João Franzen de Lima e Heráclito Mourão de Miranda.

Naquele cenário austero onde os duclos tribunícios não ultrapassavam nunca a linha do decoro parlamentar, eu era o único aprendiz. E aprendi muito.

Porém, nem sempre se desfazem, aos primeiros passos da vida pública, as fantasias do estreante.

Eleito, nunca imaginei tão próxima do fim de carreira político-partidária que iniciava.

Praticamente, durou pouco mais de um ano o mandato que me havida de ser arrebatado. Foi como se estivesse eu ao sabor de uma porta giratória, dessas em que se entra de um lado e sai do outro.

Mas não entrei nem saí desacompanhado. Eu era um entre milhões.

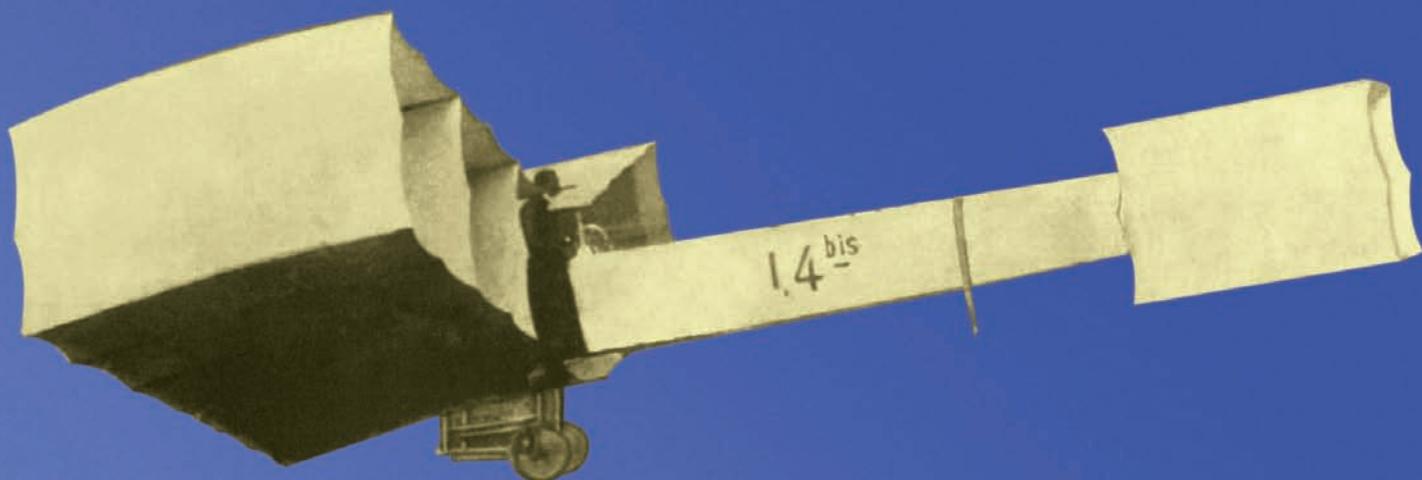
Foi todo um povo, toda uma história, entrando e saindo pela mesma porta.

Pode-se esquecer?"

28/09/1986

Vieira Christo

Conseqüências Históricas



Alberto Santos Dumont

Toda ação gera uma reação! Esta é a lei que rege o ciclo histórico da humanidade. Um exemplo disso vem do brilhante inventor, que teve um fim trágico, devido à utilização, para fins bélicos, de sua principal criação.

Nasceu em 20 de julho de 1873, no Sítio de Cabangu, em Minas Gerais, o futuro brilhante inventor, Alberto Santos Dumont, aquele que viria a ser o verdadeiro Pai da Aviação. Esse nome foi-lhe conferido, carinhosamente, pelo povo brasileiro, depois de sua invenção revolucionária, o avião 14-Bis.

No Campo de Bagatelle, em 23 de outubro de 1906, Santos Dumont realizou o primeiro vôo com o 14-Bis. A aeronave percorreu 60 metros a uma altura de 2 a 3 metros. Não satisfeito, Santos Dumont repetiu a façanha num intervalo de menos de um mês do primeiro feito. Entretanto, desta vez, o vôo foi realizado diante de uma multidão de testemunhas, e a aeronave percorreu 220 metros a

uma altura de 6 metros.

Este vôo fez com que o 14-Bis fosse reconhecido pelo Aero clube da França como o primeiro mecanismo mais pesado que o ar a voar na Europa. Foi também, possivelmente, a primeira aeronave a levantar vôo por seus próprios meios (e não catapultada), presenciada pelo público. É exatamente por esse detalhe, ter sido o 14-Bis a primeira aeronave a decolar sem nenhum tipo de auxílio secundário, que Santos Dumont é considerado por parte da comunidade científica e aeronáutica e, principalmente, no Brasil, como o Pai da Aviação.

Aproximadamente oito anos após o primeiro vôo do 14-Bis, mais precisamente em 1914, a França foi

No alto, o 14-Bis em seu histórico vôo

invadida por tropas germânicas, e isso acarretou o início da Primeira Guerra Mundial. Durante o conflito, aeroplanos começaram a ser utilizados, primeiramente como ferramentas de observação da movimentação das tropas inimigas e, num segundo momento, em combates aéreos. Estes se revelaram extremamente violentos por possibilitarem o disparo de bombas e o uso de armas de grosso calibre, como metralhadoras.

Santos Dumont assistiu, de uma hora para outra, a sua brilhante invenção, ou seja, o seu grande sonho transformar-se em seu maior pesadelo. A partir desse momento, começou a sofrer de depressão e melancolia, males que iriam acompanhá-lo até seus últimos dias.

O Pai da Aviação retornou a sua pátria mãe e encontrou refúgio em Petrópolis. Nesse local, arquitetou e construiu o chalé "A Encantada", tendo permanecido lá, até 1922. Depois disso, Santos Dumont não se fixou mais, passava algum tempo em São Paulo, no Rio de Janeiro, em

Petrópolis, em Paris e na fazenda Cabangu, em Minas Gerais.

Em janeiro de 1926, escreveu uma carta ao representante brasileiro na Liga das Nações, o Ministro Afrânio de Melo Franco, sugerindo a criação de um prêmio de 10 mil francos para aquele que escrevesse a melhor obra sobre "Interdição dos engenheiros aéreos como arma de combate e bombardeio". Tal quantia seria doada pelo próprio Santos Dumont. Em um trecho da referida carta, o Pai da Aviação escreveu: "Aqueles que, como eu, foram os humildes pioneiros na conquista do ar, pensavam mais em criar novos meios de expansão pacífica dos povos do que em lhes fornecer novas armas de combate".

No ano de 1932, no entanto, a revolução constitucionalista estourou, e aviões foram usados como armas. Isso, com certeza, abalou muito o Pai da Aviação, causando-lhe uma angústia profunda. No dia 23 de julho deste mesmo ano, aos 59 anos de idade, Alberto Santos Dumont, deu fim à própria vida.

Outras invenções do Pai da Aviação:

- Balão dirigível;
- Salva-vidas;
- Chuveiro aquecido a álcool;
- Relógio de pulso;
- Asa delta.

- O avião "Demoiselle", criado após o 14 Bis, é também conhecido como nº 19. Foi o avião mais famoso de Santos Dumont e chegou a ser usado na 1ª Guerra Mundial.



O Suicídio

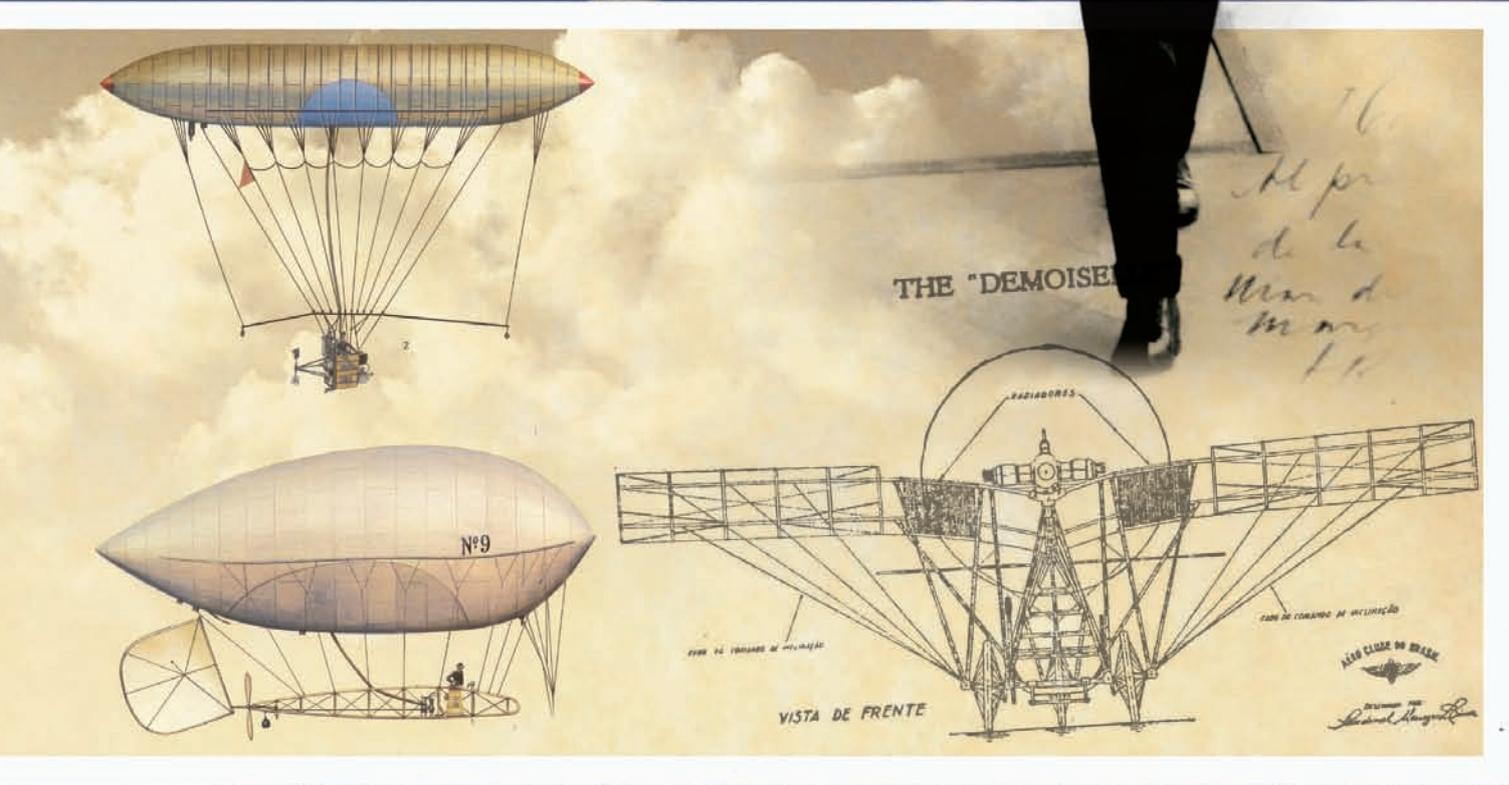
(Santos-Dumont e seu sobrinho Jorge estavam hospedados em um hotel no balneário de Guarujá, onde o inventor buscava recuperar sua saúde) Jorge levantava-se cedo todas as manhãs e escondia o jornal matutino para evitar que o tio soubesse que as tropas federais estavam bombardeando os paulistas (era 1932). No entanto, não era possível mantê-lo afastado das notícias por muito tempo. Em 23 de julho de 1932, quando estava no saguão do hotel, ouviu um avião bombardear um alvo próximo. Fingindo indiferença, ele mandou o sobrinho levar um recado e pegou o elevador de volta à suíte. Sessenta e oito anos mais tarde, o ascensorista, Olympio Peres Munhóz, ainda se lembrava das palavras angustiadas de Santos Dumont ao sair do elevador: "Eu nunca pensei que minha invenção fosse causar derramamento de sangue entre irmãos. O que eu fiz?"

Ele se retirou para o quarto. Colocou seu primeiro terno após meses. Revolveu o armário até encontrar duas gravatas vermelhas flamejantes da época de seus vôos em Paris. Atou-as em volta do pescoço, pegou uma cadeira e foi para o banheiro. Seu sobrinho, que temia deixá-lo sozinho, retornou tarde demais. Santos Dumont, com a idade de 59 anos, estava pendurado pela extremidade das gravatas presas a um gancho na porta do banheiro - um método de suicídio que só poderia dar certo com alguém tão leve quanto ele.

A polícia local isolou o quarto do hotel e, agindo sob ordens superiores, talvez de Vargas, declarou que ele tinha morrido de parada cardíaca. O médico legista forjou o atestado de óbito.



Santos Dumont em um de seus raros registros sorridente: contraste com a decepção que levou o gênio ao suicídio.





EM

Não é de hoje que notícias curiosas ocupam espaço de destaque nos veículos de comunicação da Capital mineira. Você vai encontrar, nesta página, uma série de casos curiosos que foram noticiados em jornais que circulavam em Belo Horizonte, na década de 30.

Há coisas que não mudam...

Na madrugada de 22 para 23 de abril de 1936, um fato chamou a atenção de um diligente guarda: eram quatro crianças que se escondiam em frente a uma casa no cruzamento das ruas da Bahia e Goitacazes, por não terem onde se abrigar do frio e da escuridão.

Jornal O DIA - 24 de abril de 1936

Um horrível desastre sensibiliza a cidade

O fazendeiro Elias José foi protagonista de um trágico acidente. Ao atravessar as linhas da Central do Brasil, no cruzamento da Rua Curitiba com a Avenida do Contorno, teve suas pernas mutiladas pelo expresso Belo Vale (bonde). Os avanços tecnológicos hoje (2006) são significativos, mas a segurança nos transportes era e continua a ser a mesma: precária, muito precária.

Jornal O DIA - 24 de abril de 1936

Público, mas nem tanto

O diretor do Parque Municipal de Belo Horizonte impôs sua autoridade: proibiu a entrada, naquele espaço, de algumas crianças. Motivo: não estavam devidamente calçadas.

Jornal O DIA - 2 de maio de 1936

Tempos bucólicos, mas, nem por isso, saudosos

O Calafate foi palco de uma situação que, hoje, não é muito de se imaginar possível em nossa cidade: uma boiada descontrolada provocou sustos, medos e danos. Muros foram derrubados entre as ruas Pastinho e Manhumirim, e muita gente teve de correr para não se ferir.

Jornal O DIA - 26 de abril de 1936

Arrudas, um ceifador de vidas

José Vieira da Silva foi mais uma vítima do ribeirão Arrudas. Vizinho dessas águas traiçoeiras, na região do "Cercadinho", ele, que sofria de ataques constantes, após ter sido atacado por uma cobra, caiu no Arrudas e não conseguiu vencê-lo. Afogou-se, tornando-se mais um triste exemplo do perigo que representa (e assim continuaria sendo por muito tempo ainda) aquele personagem geográfico de nossa paisagem.

Jornal O DIA - 30 de abril de 1936





1936...

Parece, mas não é...

Nem sempre o que vemos é o que parece à primeira vista. Duas meretrizes atracaram-se no cruzamento das ruas São Paulo e Guaicurus, atraindo a atenção dos transeuntes. Se estes pensaram, entretanto, que isso era uma briga, enganaram-se: elas apenas estavam treinando, em plena rua, luta livre, um esporte que ambas praticavam.

Jornal O DIA - 1º de maio de 1936

Por causa das casacas

O Vereador Henrique Maggioli agrediu fisicamente um jornalista do jornal "O Dia". Chegaram às vias de fato em razão de matéria que considerava incoerente a postura daquele parlamentar: apesar de defensor do uso de casaca nas sessões solenes da Câmara Municipal, ele havia bebido cachaça durante uma feijoada. Muita gente, ainda hoje, talvez fique, também, do lado da "malvada"!

Jornal O DIA - 8 de maio de 1936

Uma praga nada recente

Apenas em três meses do ano de 1935, pelo menos 100 pessoas foram medicadas no pronto-socorro local, em decorrência de picada de escorpião. A luta para debelar essa praga ainda não encontrou sucesso.

Jornal O DEBATE - 14 de janeiro de 1936

Fora de controle

Moradores da rua Ceará estavam aterrorizados. Um louco, em meio a crises de descontrole, punha em polvorosa crianças e mulheres. Quem dera que fosse esse o incômodo de quem transita em nossas ruas, hoje em dia...

Jornal ESTADO DE MINAS - 7 de setembro de 1936

Essa é de morte!

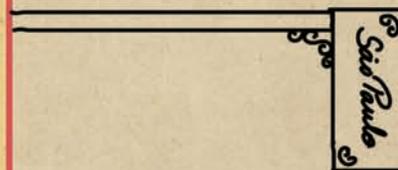
O pianista russo, David Devtcker, apresentou-se na Capital mineira, exibindo sua arte incomum. Mas invulgar foi mesmo o final do espetáculo: aplaudido animadamente pela platéia, esta não percebeu que o artista falecera ali, bem à sua frente.

Jornal O DEBATE - 27 de janeiro de 1936

Os nossos Quakers

Surgira, em Belo Horizonte, uma nova religião, denominada "A reforma do céu". Acreditando em um breve retorno de Jesus, seus seguidores tinham de deixar a barba crescer até à altura do peito, em total coerência com o figurino do Esperado!

Jornal O DEBATE - 31 de janeiro de 1936



Você sabia?

O senso comum atribui a suástica à ideologia nazista. O que poucos sabem, porém, é que, inicialmente, Adolf Hitler utilizou a suástica, como símbolo, devido a sua estética.

A suástica ou cruz gamada é um símbolo místico encontrado em muitas culturas ao redor do mundo em tempos diferentes, mas todas antecedentes ao nazismo. Pode ser encontrada, com significados específicos, na cultura de diversos povos, como gregos e hindus, de grupos religiosos como brâmanes e budistas, ou sociais, como os índios Hopi, astecas e celtas.

A suástica tem sido utilizada em contextos bastante diversificados. Em Belo Horizonte, em 16 de outubro de 1932, o posto Energina utilizou a suástica em anúncio publicitário publicado no jornal Estado de Minas.



Acima: suástica em um templo budista da Coreia

No centro: suástica num mosaico romano.

À esquerda: Adolf Hitler, líder do Nazismo

À direita: anúncio do posto Energina

Em vermelho: suástica nazista

UMA FIGURA HISTÓRICA E UM EXEMPLO DE VIDA

A vida e o trabalho do primeiro Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

por Guilherme Paoliello e Aluizio Couto

Na história de Belo Horizonte, várias personalidades podem ser destacadas. Uma delas é a do médico, professor e político Antônio Aleixo. Ele nasceu na antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, em dois de fevereiro de 1884. Entre os anos de 1902 e 1907, cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Depois, mudou-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade de Medicina, onde concluiu o curso em fins de 1908. Logo em seguida, em fevereiro de 1909, obteve o grau de Doutor.

Ao término de suas atividades acadêmicas como aluno, Antônio Aleixo fixou-se definitivamente em Belo Horizonte.

Em 10 de fevereiro de 1912, casou-se e foi pai de 14 filhos: oito homens e seis mulheres. Antônio Aleixo foi descrito por Josephino Aleixo, no texto "Aleixo, meu irmão", como um homem "moreno, alto, esguio, de óculos de grossas lentes, de fala mansa, mas acolhedora."

Aos 59 anos, em oito de junho de 1943, Antônio Aleixo faleceu devido a uma septicemia, doença do sangue que provoca um quadro de infecção generalizada no paciente. Sua intensa vida como médico rendeu-lhe reconhecimento e admiração por parte de todos que o rodeavam.

O Médico Cientista

Aos 25 anos, logo após sua chegada à Capital mineira, abriu uma clínica particular que se tornou uma das maiores da Cidade. O reconhecimento, por parte da população, dos serviços prestados por Antônio Aleixo não demoraram a aparecer. Sua clínica, aliada a suas atividades médicas, evidenciou uma característica dessa pessoa singular, que o marcaria durante todo seu trajeto, o pensamento e o zelo pelo sofrimento humano.



Retrato de Antônio Aleixo na Galeria de ex-Presidentes do Salão Nobre da CMBH

Durante toda sua caminhada, Antônio Aleixo destacou-se como poucos em diversas áreas da ciência e, mais especificamente, da Medicina. Seu engajamento, principalmente no campo médico-social, rendeu frutos proveitosos à população mineira. Foram de Antônio Aleixo o planejamento e a execução de planos que visavam à prevenção da hanseníase em Minas Gerais. Foram dele também os planos de instalação de colônias de Lepra em Itanhenga, no Espírito Santo, em Belém, no Estado do Pará, e, em Manaus, no Estado do Amazonas. As duas últimas receberam o nome de "Colônia Antônio Aleixo". Deve-se ressaltar que Antônio Aleixo não tratava apenas das questões burocráticas e administrativas de seu trabalho, o que o destacava dos vários colegas de profissão.

Isso pode ser comprovado com a inédita ação implantada na época. A medida consistia na visitação de enfermagem especializada às fontes de contato de doenças venéreas. Deve ser ressaltado que um portador de doença venérea, naquela época, era tratado com certo grau de isolamento e preconceito por parte da sociedade. Este portador só poderia obter tratamento médico mediante autorização policial. Antônio Aleixo, com a introdução dessa nova forma de trabalho, acabou com tal empecilho, possibilitando que a realização do tratamento dependesse apenas do consentimento do paciente.

O Professor

A carreira de Antônio Aleixo, como catedrático, iniciou-se em 1909, quando assumiu e exerceu, no mesmo ano, a cadeira de Higiene da Escola Livre de Odontologia de Belo Horizonte. Em parceria com outros doutores, fundou a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em cinco de março de 1911. Nessa mesma data, a Associação Médico-Cirúrgica de Minas Gerais oficializou o início das suas atividades.

Como professor, o ex-aluno Fábio de Couto e Silva descreve que "o Professor Antônio Aleixo era homem de poucas palavras, introspectivo e sisudo, era, entretanto, de coração aberto, ameno no trato e generoso de atitudes. Em qualquer circunstância que sua atuação era necessária, o fazia sempre com elevado grau de honestidade, interesse sadio e vontade de servir."

Antônio Aleixo demonstrava um senso de humanidade ímpar. Pode-se observar isso no texto "Santo doutor Aleixo" de Pedro Nava, em que isso foi demonstrado na prática. "Vamos, examine seu paciente. Pode encostar as mãos na sua pele. A lepra é muito pouco contagiosa. E só depois de o doente ter saído de perto de você, ter-lhe apertado a mão em despedida é que lave as suas com cuidado. Assim, você se defende e não humilha um coitado que é homem igual a você..."

Produtos de higiene

Antônio Aleixo, entre outras atividades científicas, políticas e acadêmicas, foi responsável pela elaboração da fórmula dos sabonetes Haya e Araxá e do talco Malva, todos fabricados e comercializados pela Perfumaria Marçola, que se situava no Bairro Funcionários. Tais produtos eram populares e bastante comercializados na época.

Ao lado, um exemplo de propaganda dos referidos produtos, veiculados no jornal Estado de Minas, em 1933.



Primeiro automóvel de Belo Horizonte

Antônio Aleixo foi o primeiro cidadão de Belo Horizonte a possuir um automóvel particular, um "Benz" de 25 cavalos. O automóvel, basicamente, era utilizado para o médico chegar, com mais rapidez, à casa de seus pacientes. Curiosamente, o primeiro atropelamento registrado na Capital envolveu Antônio Aleixo e o estudante de Direito, Antônio Navarro. O fato se deu em frente ao antigo cinema "Odeon", situado na Rua da Bahia. Apesar de o estudante ter sofrido apenas leves escoriações, Antônio Aleixo se preocupou com o fato, de tal forma, que levou o rapaz até uma farmácia próxima ao ocorrido, insistindo em lhe dar calmante. O acidente, entretanto, foi caracterizado como de pequenas proporções, e o rapaz nada sofreu em sua pele ou ossos, apenas um pequeno rasgo em seu terno. Posteriormente, em virtude do terno danificado, Antônio Aleixo insistiu em ressarcir o rapaz, comprando-lhe um novo terno, gentileza que foi recusada pelo estudante.

Na manhã seguinte, Antônio Aleixo foi à pensão onde o estudante residia para saber como ele havia passado a noite. O rapaz, porém, não se encontrava no local, uma vez que já tinha-se dirigido à Faculdade de Direito. Prontamente, Antônio Aleixo, demonstrando um senso singular de preocupação com o próximo, foi à Faculdade encontrar o rapaz para cientificar-se do seu estado. Ao saber que o estudante tinha tido uma noite tranqüila, Antônio Aleixo disse: "Pois eu não dormi a noite toda, preocupado com o senhor."



O Político

Mesmo sendo um homem com muitos deveres acadêmicos e médicos, Antônio Aleixo mostrava grande interesse pela vida pública. Esse interesse por questões ligadas à pátria e ao social levou-o a se candidatar a vereador em Belo Horizonte. Eleito, assumiu o mandato na sessão solene de 7 de agosto de 1936. Após a sessão de inauguração da Câmara Municipal, cabia proceder-se à eleição da Mesa Diretora. Os concorrentes ao cargo de presidente eram Antônio Aleixo e Monsenhor Arthur de Oliveira. Após o resultado da eleição, Antônio Aleixo sagrou-se o Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, cargo que manteve até o fechamento da Câmara Municipal em 1937, quando foi instituído o Estado Novo por Getúlio Vargas.

Na presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Antônio Aleixo sempre se mostrou a par de assuntos de interesse da Cidade, de sua gente, de suas instituições e de suas coisas. Entre alguns exemplos do engajamento e da preocupação de Antônio Aleixo para com Belo Horizonte, tem-se a erradicação do analfabetismo, a elaboração do plano urbanístico da Capital, a criação de pequenas lavouras na periferia, para que se facilitasse o abastecimento da Cidade e a melhoria das condições de saneamento e de conforto dos núcleos populacionais urbanos e suburbanos.

Sua participação nos setores científico, acadêmico e político fizeram de Antônio Aleixo uma figura detentora do respeito e da admiração não apenas de seus familiares ou de ex-alunos, mas de toda a sociedade mineira. ~

Criado, na Capital, um corpo de bandeirantes, em 1937

A solenidade de fundação do Corpo de Bandeirantes, formado apenas por moças da alta sociedade belo-horizontina, foi realizada pelo então Presidente da Câmara Municipal, Antônio Aleixo. O evento foi bastante movimentado, e Antônio Aleixo congratulou-se com o Escotismo local por esse feito

Espaço de Convivência Presidente Antônio Aleixo

No dia 20 de junho de 2006, na entrada da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH -, localizada na Rua Expedicionário Nilo Seabra, foi inaugurado o Espaço de Convivência Presidente Antônio Aleixo. No evento, vereadores e funcionários da Casa fizeram uso da palavra para ressaltar a importância de Antônio Aleixo como médico e político e para destacar a contribuição deste à sociedade mineira de forma geral.

O Espaço de Convivência inaugurado tem a finalidade de promover a integração entre as pessoas e estreitar a convivência entre os servidores da CMBH.

No final da solenidade, Heuser Brant Aleixo, filho de Antônio Aleixo, agradeceu, em nome de seus familiares, a homenagem prestada a seu pai.



Os 70 anos da CMBH

No dia 7 de agosto de 2006, realizou-se a solenidade comemorativa dos 70 anos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no Plenário Amintas de Barros da Casa. O evento contou com a presença de ex-presidentes, ex-vereadores e ex-funcionários, além de outras autoridades.

Em discursos, foram lembrados momentos históricos vividos pelo Poder Legislativo, como a extinção do Conselho Deliberativo em 1930 e a instalação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 18 de agosto de 1936, composta por 15 vereadores. Na ocasião, foram lançados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o selo e o carimbo comemorativos dos 70 anos da CMBH.



SETE DÉCADAS

VEREADORES DE 1936

Presidente

Vereador Dr. Antônio Aleixo

1º Secretário

Vereador Dr. Leontino da Cunha

2º Secretário

Vereador Dr. Abraão de Oliveira Leite

VEREADORES:

Afonso dos Santos

Alberto Deodato Maia Barreto

Álvaro Camargos

Amyntas Ferreira de Barros

Antônio Carlos Vieira Christo

Antônio Ribeiro de Abreu

Heráclito Mourão de Miranda

João Franzem de Lima

Modesto Carvalho de Araújo

Monsenhor Arthur de Oliveira

Roberto Eiras Furquim Werneck

Washington Walfrido Nascimento



À esquerda, familiares de Antônio Aleixo observam a placa do Centro de Convivência que leva o nome do primeiro Presidente da CMBH. À direita, o então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Orlando Carvalho, e o Gerente Regional Metropolitano de Belo Horizonte da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Luís Alberto Menezes Barreto, procedem à obliteração da primeira cartela do Selo e do Carimbo comemorativos dos 70 anos da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

DE HISTÓRIA

VEREADORES DE 2006

Mesa Diretora:

Presidente:

Vereador Silvinho Rezende

1º Vice-Presidente:

Vereador Tarcísio Caixeta

2º Vice-Presidente:

Vereador Sérgio Ferrara

Secretário Geral:

Vereador Ronado Gontijo

1º Secretário:

Vereador Carlos Henrique

2º Secretária:

Vereadora Elaine Matozinhos

VEREADORES:

Alberto Rodrigues

Alexandre Gomes

Ana Pascoal

Anselmo José Domingos

Antônio Pinheiro

Arnaldo Godoy

Autair Gomes

Balbino

Carlão Pereira

Chambarelle

Délio Malheiros

Professor Elias Murad

Fred Costa

Géra Ornelas

Geraldo Félix

Henrique Braga

Hugo Thomé

Luzia Ferreira

Maria Lúcia Scarpelli

Miguel Corrêa Jr.

Moamed Rachid

Neila Batista

Neusinha Santos

Ovídio Teixeira Cardoso

Paulo Augusto dos Santos - Paulão

Paulo Lamac

Preto

Reinaldo Lima

Sílvia Helena

Totó Teixeira

Valdir Antero Vieira - Índio

Valdivino

Vanderlei Miranda

Walter Tosta

Wellington Magalhães

CÂMARA MUNICIPAL AS SEDES EM 70 A



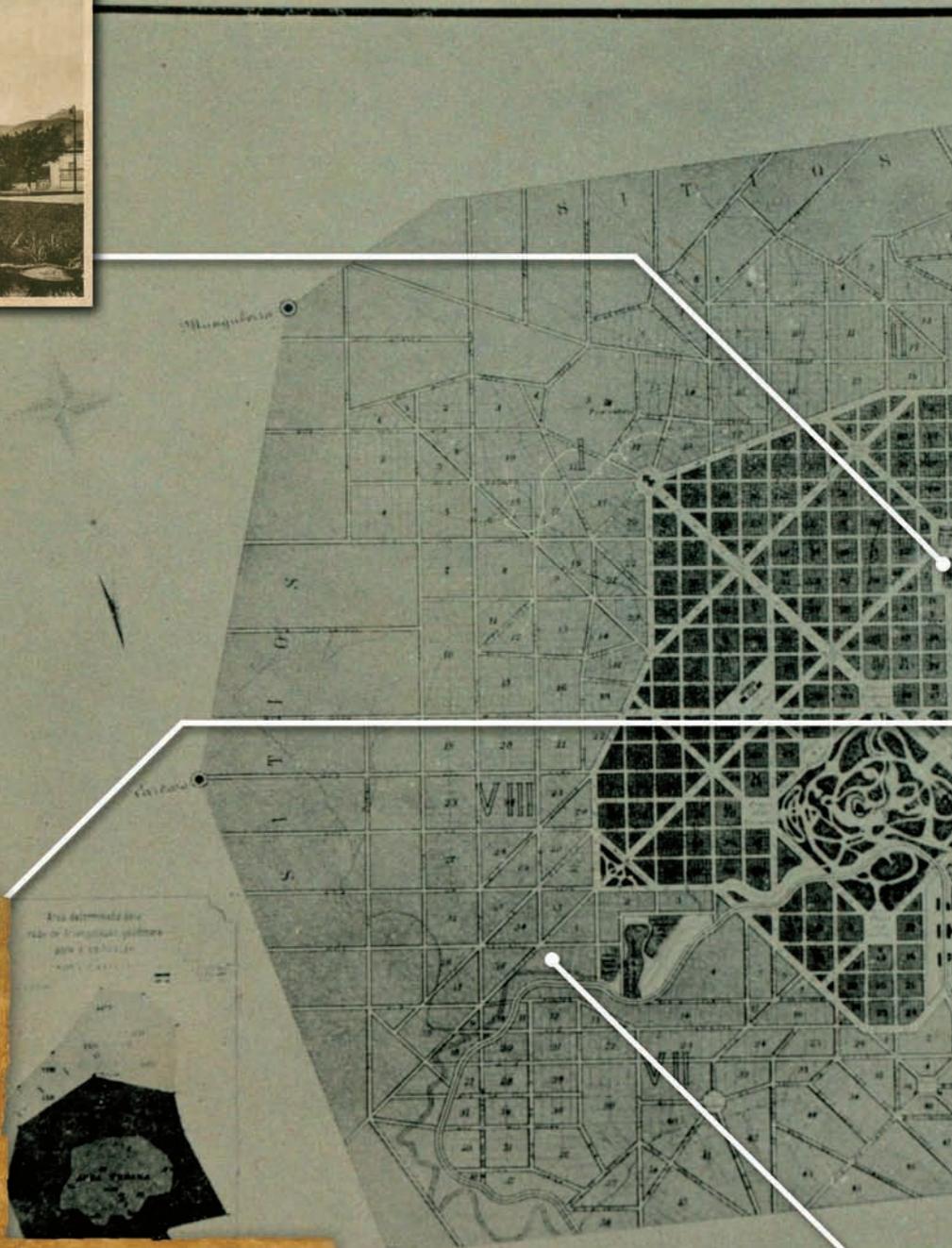
1º CONSELHO DELIBERATIVO

PRAÇA DA LIBERDADE
FOTO DO PRÉDIO ONDE AFIRMA A CRÔNICA
TER FUNCIONADO TEMPORARIAMENTE O 1º
CONSELHO DELIBERATIVO.

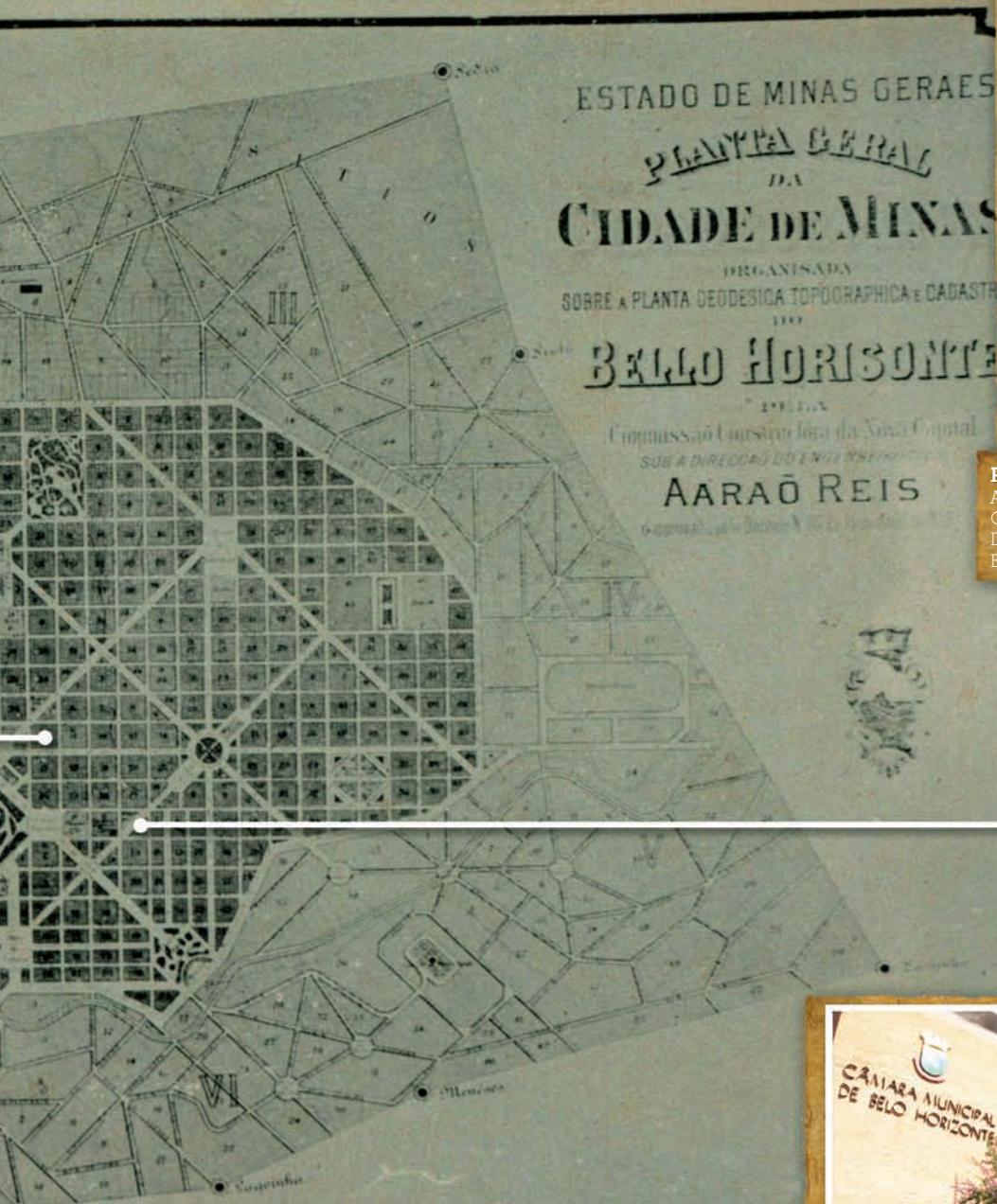


CENTRO DE CULTURA BELO HORIZONTE

RUA DA BAHIA, Nº 1149.
CONSTRUÍDO EM 1914, HOJE CENTRO DE CUL-
TURA. JÁ SERVIU DE ABRIGO PARA O EX-
CONSELHO DELIBERATIVO DE BELO HORIZONTE.



DE BELO HORIZONTE NOS DE HISTÓRIA



PRÉDIO A RUA TAMÓIOS

A CMBH FUNCIONOU NESTE ENDEREÇO ENTRE OS ANOS DE 1973 E 1988, O PRÉDIO FOI DEMOLIDO E ABRIGA ATUALMENTE UM ESTACIONAMENTO.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

AVENIDA DOS ANDRADAS, Nº 3100.
A CMBH FUNCIONA NESTE ENDEREÇO LOCALIZADO NO BAIRRO SANTA EFIGÊNIA DESDE DE 1988.

Bello Horisonte

TRÊS MOMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA

A atuação da CMBH na aprovação das leis de parcelamento, ocupação e uso do solo

Patrícia Garcia Gonçalves

Arquiteta da Câmara Municipal de Belo Horizonte



Analisar a atuação e a produção do Poder Legislativo, ao longo do tempo, é uma maneira interessante de identificar as transformações de uma sociedade, o processo de reformulação de valores e crenças, a falência de velhas fórmulas, o surgimento de novos paradigmas. No âmbito municipal, a utilização das leis urbanísticas nessa investigação, indo além do seu conteúdo para tentar compreender o processo de sua elaboração e discussão, propicia que tal identificação se torne ainda mais nítida, pois o objeto dessas leis é a cidade na sua complexidade, expressão da diversidade e palco dos mais variados conflitos. Ao estruturar e definir relações espaciais, a legislação urbanística expressa e redefine relações sociais e, ao promover a discussão sobre a cidade, faz emergir relações de poder, interesses diversos e antagonicos, demandas concretas e simbólicas.

Dentro da legislação urbanística, sem dúvida, é a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo a que mais mobiliza os diversos atores urbanos e traz à tona seus diferentes interesses e as várias representações de cidade. Ao se discutir tal legislação, evidenciam-se as questões econômicas embutidas nas possibilidades de utilização e ocupação da terra urbana e os maiores ou menores lucros provenientes de

cada possibilidade. A dimensão técnica também se faz presente diante da necessidade de se discutir infraestrutura, parâmetros urbanísticos, volumetrias e impactos causados por diferentes atividades. Emergem, ainda, questões socioambientais como qualidade de vida, paisagem urbana, sustentabilidade ambiental; e valores simbólicos como práticas cotidianas, referências urbanas, relações com a cidade e ideais de viver e de morar. No meio desse jogo de forças, a cidade idealizada e presente no imaginário social aparece como contraponto da cidade real, o que torna o debate ainda mais conflituoso. Ao Poder Público, mediador entre o interesse público e o privado, cabe a responsabilidade pela condução desse processo e a sensibilidade de traduzir, em meio a tantas disputas, o interesse coletivo.

Este artigo pretende resgatar parte da história da Câmara Municipal de Belo Horizonte a partir da análise das leis de parcelamento, ocupação e uso do solo produzidas no Município em três momentos distintos. Tal resgate objetiva caracterizar as mudanças de posição da Instituição, no decorrer do tempo, quanto à sua atuação política, ao seu papel, como representante da sociedade, e ao seu envolvimento com as questões da cidade, na discussão e apreciação de textos legais

Assegurar os interesses dos proprietários era o propósito explicitado na mensagem de encaminhamento do projeto de lei que originou a primeira LPOUS

racionalidade e na técnica, daí a possibilidade de verticalizar as edificações, viabilizada pela exploração do potencial das novas técnicas e materiais.

A mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei, assinada pelo Prefeito, conclamou a Câmara Municipal a apreciar e aprovar tema tão complexo, mas solicitou que esta o fizesse em um prazo de 40 dias. A mensagem ressaltou o objetivo de "humanizar a cidade" e tranqüilizou: "Há inovações profundas no proposto sistema de aproveitamento do solo; mas, o que principalmente o caracteriza, é o propósito de assegurar os legítimos interesses dos proprietários". Houve ainda uma referência à cooperação do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL - na elaboração da proposta e um destaque a respeito do exame e da recomendação do texto final por dez professores da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Ficava evidente, portanto, o peso da tecnocracia e a força do irrefutável argumento técnico como respaldo ao planejamento, enfim, a idéia de que o técnico ou o intelectual era o tutor esclarecido da sociedade. Acreditava-se, então, no mito de que a técnica seria capaz de responder a todas as demandas do homem moderno, restando à política conferir a ela legitimidade.

Ao se debruçar sobre o processo de discussão do Projeto de Lei na Câmara Municipal, observa-se o pouco preparo e o pouco envolvimento do Poder Legislativo no debate de questões consideradas, na época, eminentemente técnicas. Em todo o processo, não houve qual-

quer referência à mínima participação da sociedade civil, à exceção de um parecer sintético do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB -, fruto de debate da categoria sobre o Projeto de Lei, que apoiou a proposta "por entender que na sua estruturação, ela (a proposta) apresenta ação ordenadora sem transfigurar as estruturas urbanas existentes". Mesmo assim, 105 emendas foram apresentadas: algumas pelo próprio Prefeito, buscando corrigir "pequenos erros nos originais"; outras, pelos vereadores, sendo que boa parte dessas tinham como objetivo aprimorar ou clarear a redação de dispositivos propostos sem trazer alterações significativas ao conteúdo do Projeto. Destaca-se que dos 22 vereadores, que compunham a Câmara na época, apenas seis foram autores de emendas. O Presidente da Câmara constituiu uma Comissão, com três vereadores, para apreciar e manifestar-se sobre tais emendas. A Comissão constituída requereu mais prazo para sua análise, mas tal solicitação foi ignorada, já que o Projeto foi logo incluído em pauta e aprovado. Das 105 emendas apresentadas, quatro foram retiradas pelos respectivos autores e apenas uma, de autoria do Executivo, que propunha a possibilidade de o Prefeito modificar o zoneamento por decreto, foi rejeitada por unanimidade, evidenciando que a Câmara Municipal não estava disposta a delegar tal poder. As demais emendas foram aprovadas e incorporadas ao texto original. A tramitação desse Projeto de Lei ocorreu, portanto, em um período inferior a três meses.

Lei nº 4.034/85

Na década de 80, a crise econômica gerou a diminuição da expansão horizontal da cidade de Belo Horizonte. O movimento passou a ser de ocupação e adensamento dos espaços já produzidos. A cidade adensada representava o novo modelo espacial de uma nova modernidade. Observavam-se, então, diferentes processos: verticalização das áreas centrais, transformação e substituição de usos, novas centralidades, concentração de atividades e especialização funcional de algu-

mas áreas, agravamento da questão habitacional, adensamento das favelas e da periferia.

Em 13 de agosto de 1984, foi encaminhado à Casa o Projeto de Lei nº 323/84, que originou a Lei nº 4.034, de 25 de março de 1985. O contexto nacional era bem diferente daquele de 1976. O Brasil vivia o final do período militar e o limiar da Nova República. O País havia sido sacudido pelo movimento Diretas Já, a redemocratização se anunciava.

A proposta contida no Projeto de Lei nº 323/84 mantinha a lógica vigente: funcionalidade e intensa ocupação do solo. Restringia-se, portanto, a reavaliar os parâmetros da Lei anterior, representando apenas uma revisão desta. As alterações propostas buscaram conter o adensamento de algumas áreas, reduzir a permissividade de alguns parâmetros urbanísticos e ampliar as possibilidades de localização de atividades econômicas.

A mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei, apresentada pelo Prefeito, mencionou o IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, que estabeleceu, entre suas diretrizes de desenvolvimento para Belo Horizonte, a revisão da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo e a atualização das normas urbanísticas. Fez ainda menção à participação de entidades representativas da população na elaboração da proposta e à maior responsabilidade conferida aos órgãos municipais, justificada nos dizeres: “Com isso capacitamos a conduzir os destinos de nossa cidade e propiciamos aos nossos recursos humanos, a par da experiência acumulada, a condição de participação necessária para gerirmos, com maior eficiência e autoridade, o nosso espaço urbano”. Estes dois pontos – participação popular e autonomia municipal - demonstravam uma incipiente preocupação de envolver ou, pelo menos, de ressaltar o envolvimento de segmentos sociais desconsiderados na discussão da Lei anterior e, ainda, uma intenção de diminuir a subordinação do Município ao poder centralizado.

Para apreciação da matéria, foi constituída Comissão Especial composta de três vereadores. O parecer

da Comissão, em 1º turno, fez referência à discussão do Projeto com “a comunidade belorizontina através de suas representatividades institucionalizadas”. Tal discussão, no entanto, não constou no processo, ficando impossível avaliar a amplitude e a possível contribuição que trouxe. O que se observa é que, tanto a mensagem do Prefeito, quanto o parecer da Comissão Especial, enfatizaram o debate da proposta com entidades representativas da sociedade, o que demonstra que a cidade já era vista com outro olhar: não eram mais apenas os proprietários que mereciam ter seu direito protegido, outros direitos pareciam entrar na pauta de reivindicações. Dos 33 vereadores que compunham a Câmara, 14 apresentaram emendas ao Projeto de Lei. Um total de 88 emendas foram apreciadas, sendo duas retiradas, 22 rejeitadas e 64 aprovadas e incorporadas ao texto original. O Executivo, porém, vetou parcialmente o texto aprovado, apresentando razões para suprimir 43 dispositivos. A Câmara Municipal, nessa nova análise, rejeitou o Veto a apenas 6 dispositivos, mantendo o Veto aos demais. A tramitação do Projeto de Lei nº 323/84 levou em torno de sete meses, o que contribuiu para caracterizar o maior envolvimento do Legislativo Municipal e a ampliação do debate, embora se perceba, ainda, o limitado espaço ocupado pela Câmara na discussão e na elaboração da legislação urbanística.

Na discussão que antecede a aprovação da Lei nº 4.034/85 enfatiza-se o debate com entidades representativas da sociedade



Leis nº 7.165/96 e nº 7.166/96

A Constituição de 1988 marcou uma primeira etapa na tentativa de fortalecimento dos direitos democráticos e conferiu maior autonomia aos municípios e maior destaque à política urbana que passou, a partir de então, a ocupar espaço considerável na pauta do Legislativo Municipal. A Câmara Municipal de Belo Horizonte abria-se para os problemas urbanos. Vários projetos de lei propondo modificações no zoneamento foram apresentados e discutidos. As questões eram, porém, tratadas como casos isolados e dissociados entre si. O conceito de interesse coletivo aparecia como a soma de vários interesses individuais intermediados pela Câmara, por meio dessas propostas de alteração do zoneamento.

Nos anos 90, o País enfrentava graves problemas: desemprego, dívida externa, empobrecimento geral e violência urbana. A maioria da população vivia nas cidades, no entanto, a intensa urbanização não havia sido acompanhada por um provimento adequado de infra-estrutura, o que originou cidades segregadas, cujos benefícios e serviços atendiam a uma parcela pequena de seus habitantes. Os movimentos sociais urbanos intensificaram-se e estruturaram-se.

Em 1993, abriu-se uma nova e ampliada discussão sobre a cidade de Belo Horizonte. O momento era de crítica e questionamentos sobre o planejamento urbano praticado até então, e sua responsabilidade na cristalização de desigualdades e injustiça. O debate sobre Belo Horizonte e seu futuro teve início antes mesmo do envio ao Legislativo, em junho de 1995, de dois projetos de lei contendo o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. Como todas as metrópoles brasileiras, Belo Horizonte encontrava-se repleta de problemas decorrentes do excessivo adensamento de algumas áreas, da subutilização de outras, da proliferação de favelas e do descaso com o meio ambiente. Os projetos de lei buscavam otimizar a ocupação e o uso do espaço com o aproveitamento da infra-estrutura

instalada. Também pretendiam descentralizar as atividades e desconcentrar a população, preservar e proteger o patrimônio ambiental e cultural e criar mecanismos de participação popular na elaboração e gestão do planejamento e das políticas urbanas. Para tanto, mostrava-se fundamental reavaliar toda a lógica do zoneamento funcional, substituindo-a por outra que considerasse as condições reais da Cidade no tocante à infra-estrutura disponível, à articulação viária, às características topográficas e ambientais. As possibilidades de instalação de atividades também foram ampliadas, criando-se mecanismos para se avaliar e controlar as repercussões originárias dessas atividades e proteger a vizinhança de possíveis incômodos. A diversidade do urbano começava a ser compreendida e considerada nessa nova concepção de cidade.

Os projetos de lei nº 314/95 (Plano Diretor) e 315/95 (Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo) tramitaram juntos e para melhor apreciá-los foi aprovada a Resolução nº 2.005/95, estabelecendo ritos especiais e prazos ampliados. A Resolução nº 2.005/95 instituiu uma Comissão Especial composta por treze vereadores, contando com representantes de cada comissão temática da Câmara e também da Mesa Diretora. Essa Comissão, considerando a complexidade da matéria, deliberou por dividi-la em três subtemas a serem analisados por relatores parciais que submeteriam seus pareceres a um Relator Geral, responsável por compatibilizar as propostas e emitir um parecer final. Foram realizadas dezesseis audiências públicas internas, definidas a partir de temas específicos, numa tentativa de favorecer a participação da sociedade civil e de subsidiar tecnicamente os vereadores para compreensão dos diversos assuntos inerentes aos projetos. Também foram realizadas quatro audiências externas, em pontos distintos da Cidade, atendendo à solicitação de entidades e comunidades. Nota-se a imensa preocupação da Câmara Municipal em propiciar a participação de todos os segmentos interessados e em compreender os assuntos para melhor discuti-los. Os gabinetes

Em 1995 abre-se uma ampla discussão na CMBH a respeito do Plano Diretor e da nova LPOUS: a diversidade do urbano começa a ser considerada

tes capacitaram-se e toda a Câmara envolveu-se e mobilizou-se durante todo o processo de discussão.

O Plano Diretor recebeu, em primeiro turno, 466 emendas, além de duas emendas substitutivas, apresentadas pelos relatores parciais, e uma emenda substitutiva, apresentada pelo Relator Geral. Em segundo turno, foram apresentadas mais 84 emendas. A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo recebeu 493 emendas, em primeiro turno; além de uma emenda substitutiva, anexada ao parecer do relator parcial; uma emenda substitutiva, anexada ao parecer do relator geral e uma emenda substitutiva contendo as deliberações da Comissão Especial com o fim de alterar o substitutivo apresentado pelo Relator Geral. Em segundo turno, foram 319 emendas, mais uma subemenda do Relator Geral. Ambos os projetos de lei sofreram inúmeras alterações propostas pelo Legislativo, sejam oriundas da compreensão dos próprios vereadores e dos interesses que representavam, sejam decorrentes de solicitações dos setores técnico, empresarial e popular da sociedade civil. A tramitação estendeu-se por mais de um ano e gerou as leis nº 7.165, de 27 de agosto de 1996, e nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. As leis aprovadas mostraram-se, portanto, bem diferentes do texto original encaminhado pelo Executivo. Os princípios gerais propostos foram mantidos, mas em moldes bem diversos do inicialmente apresentado, numa evidente demonstração do potencial do Legislativo Municipal de participar efetivamente da decisão sobre os rumos do planejamento e da gestão de Belo Horizonte.

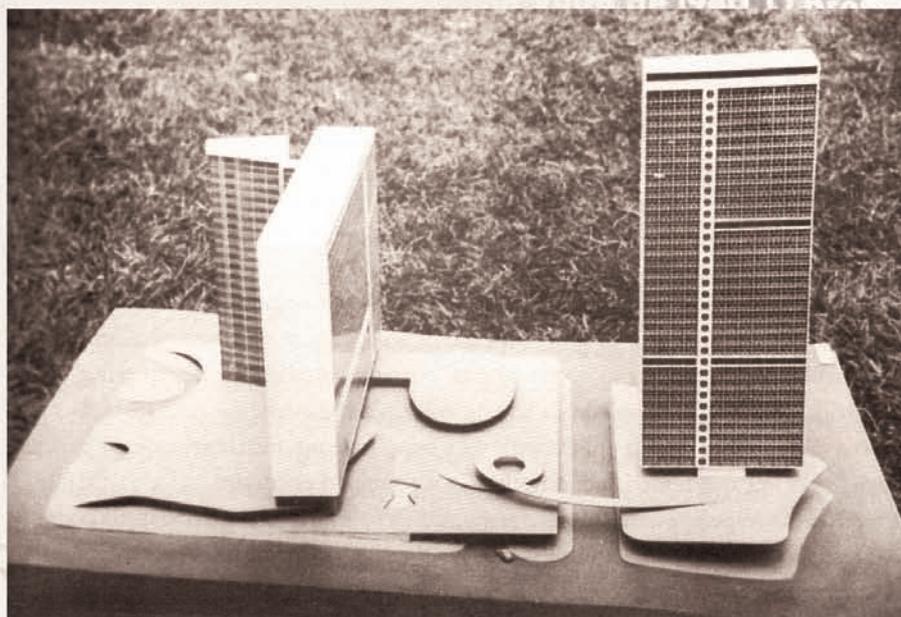
Pode-se dizer que o ano de 1996 representou um marco na história do planejamento urbano de Belo Horizonte, ao estabelecer uma nova lógica de pensar a Cidade e suas questões. Representou, também, um marco na história da construção da democracia, ao se ampliar a discussão sobre a Cidade em moldes nunca vistos até aquele momento. A Câmara Municipal de Belo Horizonte teve papel decisivo nesse contexto. O planejamento urbano perde seu *status* de instrumento exclusivamente técnico para se tornar

um processo político. Compreende-se finalmente que a técnica não é suficiente para solucionar as questões urbanas e que somente a negociação democrática será capaz de construir alternativas para o quadro de segregação socioespacial que, até então, se produziu.

A partir dessa compreensão de valorização da dimensão política, o Poder Legislativo passa a ter um papel fundamental, seja por representar a sociedade, seja por ser essencialmente o lugar onde o conflito emerge e as disputas acontecem. Cabe a ele propiciar à sociedade civil o protagonismo na construção da história por meio da criação de novos canais de comunicação e participação, da garantia de transparência e publicidade nas ações públicas e da criação de possibilidades de formação de novos sujeitos políticos.

A missão que se apresenta à CMBH e que se evidencia a partir dessa análise é a de ser agente da realização da democracia. Tal tarefa pode parecer desafiadora para alguns, utópica para outros. Resta aos primeiros aceitar o desafio, aos demais cabe entender a utopia não como a impossibilidade, mas como a construção permanente do sonho. ~

O planejamento urbano
deixa de ser um
instrumento
exclusivamente técnico
e torna-se um processo
político



DA "TETÉIA" DE MINAS A UMA GRANDE METRÓPOLE

Do Deliberativo ao Legislativo



Luisa Noronha

Técnico Legislativo da CMBH

Belo Horizonte é motivo de muito orgulho para o cidadão belo-horizontino. É uma cidade que, antes de nascer, foi detalhadamente planejada, para, depois, ser implantada num lugar de inigualável beleza topográfica, que ainda reunia as condições ideais para os interesses industriais, políticos e agrícolas do Estado.

Foi considerada, na época, por muitos, como a "Tetéia das Minas Gerais".

O reinado da "Tetéia das Minas Gerais", entretanto, não durou muito. A Cidade cresceu além do previsto e, com este crescimento, vieram as crises. Sua população sofreu com a estagnação da economia, com as epidemias, com a falta de urbanização e a emigração de centenas de operários, além de diversos outros problemas.

Nesse período difícil de amarras, dissabores e decepções, o Legislativo – representado pelo Conselho Deliberativo – atuou, de forma decisiva, para diminuir o sofrimento da população belo-horizontina e conseguiu que se tornassem realidade inúmeras resoluções e medidas de interesse coletivo. Foram necessários mais de dez anos para que houvesse um reequilíbrio da situação, e a Cidade voltasse ao seu curso normal de crescimento. Felizmente, a partir desse período, Belo Horizonte entrou em fase de progresso, de franca prosperidade, com a modernização do comércio, implantação de indústrias, escolas e faculdades, tornando-se uma cidade universitária e uma grande metrópole.

Apesar disso, a Cidade ainda se ressentia de muitos benefícios e estava longe de atingir o desenvolvimento ideal para uma grande Capital.

Os problemas, cada vez mais complexos, advindos do rápido e incessante desenvolvimento, continuaram a exigir de nossos representantes uma constante superação de desafios, sempre no intuito de assegurar, com sua atuação, o franco e harmônico progresso da Cidade.

Os anais do Conselho Deliberativo e da Câmara Municipal certificam que o Legislativo de Belo Horizonte sempre atuou com veemência nas discussões e na aprovação de leis que beneficiassem a maior parte de sua população, principalmente, a parcela mais sofrida de seus cidadãos.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte vem, há muitos anos, capacitando seus representantes e seus servidores, com o objetivo de inovar métodos e sistemas de trabalho, de ampliar e melhorar a informação e a participação dos cidadãos, reduzindo a burocracia e simplificando seu acesso aos serviços de interesse da população.

É um Legislativo, portanto, que não parou no tempo, que se flexibiliza e esforça-se para modernizar-se e tornar-se, cada vez mais, digno de credibilidade.

É um Legislativo que, ciente dos desafios do presente, respeita o passado e utiliza-se das experiências adquiridas para construir o futuro.

Cidade das Montanhas!

Cidade das Montanhas!

Para exaltar os teus dotes é preciso apenas mostrar que tu és uma lição perene, gratuita, objectiva

Aos montanhezes dos quatro quadrantes do estado e, quiçá, de habitantes de outras plagas:

Levam elles, quando de ti se despedem, o desejo, a vontade de realizar, nas suas cidades, o que

viram realizado em ti

Por tua belleza, pela tua cultura, pelo teu ambiente, por tudo o que tens

És uma lição viva, e és também o coração da terra montanheza, regulando-lhe o rythmo:

Quantos cidades há, metrópoles de estados, que não satisfazem a essa grande finalidade, a verdadeira finalidade de uma capital?

Cidade das montanhas!

Bem haja os que te idearam e construíram, através de mil percalços e mil hostilidades!

Bem haja os que se seguiram a esses!

Todos os que te governaram e dirigiram, tiveram por ti um grande e perenne carinho em

virtude de tu mesma, que és a glória e orgulho de nós todos, os montanhezes

Nisto foste feliz

Nenhum descuidou de ti

77040

PUZZLE

Veja as fotografias e retratos desta página e depois responda às questões da página seguinte.

1



2



3



4



Você conhece esses lugares?

Identifique com as fotos da página anterior, cada um desses lugares:

- () Conselho Deliberativo
- () Praça da Estação
- () Praça Raul Soares
- () Minas Tênis Clube

Dando cara aos nomes

Muitas das vias que cortam nossa Belo Horizonte possuem nomes de pessoas que fazem parte da história de nossa Capital e, até mesmo, do Brasil. A partir da história de alguns dos principais personagens e de sua trajetória política e com as fotos da página anterior, identifique algumas das principais avenidas de Belo Horizonte:

() Histórico: nasceu em Santa Bárbara, no ano de 1847. Em 1874 foi eleito para seu primeiro mandato como Deputado por Minas Gerais, sendo reeleito sucessivamente. Durante o Império, ocupou os ministérios da Guerra (1882), da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883-1884) e da Justiça (1885). Proclamada a República, presidiu a Assembléia Constituinte de Minas Gerais. Foi o primeiro Presidente do Estado de Minas Gerais eleito diretamente (1892). Durante seu mandato é que foi decidida a transferência da capital de Minas, de Ouro Preto para Belo Horizonte, e que tiveram início as obras da construção da cidade. Tornou-se Vice-Presidente da República em 1902 e Presidente em 1906, sendo o primeiro mineiro a ocupar esse cargo. Realizou uma administração que não se prendeu a interesses regionais: incentivou a criação de ferrovias, fomentou a construção de portos em Pernambuco e na Bahia, interligou a Amazônia ao Rio de Janeiro pelo fio telegráfico e completou as ligações São Paulo-Rio Grande do Sul-Rio de Janeiro-Espírito Santo. Com exceção do Barão do Rio Branco e dos ministros militares, seus outros ministros, em geral, eram jovens e desconhecidos do público; porém eram dinâmicos, obedientes a suas diretrizes e sem compromissos com as oligarquias regionais. Isso lhe valeu alguns embaraços; as oposições criticavam o seu ministério, chamando-o de "Jardim de Infância". Em virtude de seu afastamento dos interesses tradicionais das oligarquias, enfrentou uma crise por ocasião da sucessão, não conseguindo indicar seu candidato à sucessão. Não conseguiu terminar seu mandato: morreu de pneumonia após 3 anos de governo, no ano de 1909.

A única avenida, já no projeto original, a ostentar o nome de um político vivo. Isso se deveu ao fato de ter sido dele a iniciativa de nomear a comissão construtora e ter dado início às obras de construção da nova Capital.

() Histórico: nascido em Oliveira Forte, no dia 25 de outubro de 1847, foi promotor e juiz em Barbacena. Em 1879, abandonou a magistratura para atuar na política, iniciando vitoriosa carreira. Em 1881, foi eleito Deputado Provincial pela primeira vez, reelegendo-se sucessivamente, até o fim do Império (1889). Foi autor do anteprojeto da Constituição de Minas no início da República. Quatro vezes designado para o governo provisório de Minas, finalmente exerceu esse cargo como titular, eleito em 1894. Durante seu governo, deu-se a transferência da Capital, de Ouro Preto para Belo Horizonte, no dia 12 de dezembro de 1897. Terminado seu mandato governamental, retornou ao Senado estadual - que ocupara antes de eleito para a presidência mineira, onde permaneceu até 1918, vindo a falecer durante o exercício do mandato.

O Decreto nº 44, de 7 de julho de 1929, alterou a denominação de parte da Avenida Cristóvão Colombo (da Praça da Liberdade até a antiga Praça 14 de Setembro, atual Praça Raul Soares) para o atual nome.

() Histórico: exerceu os cargos de juiz municipal, Secretário Estadual de Finanças e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (ambas no governo Bias Fortes) e novamente de Finanças, no governo de Silviano Brandão. Ocuparia, ainda, o cargo de Ministro da Fazenda, durante a presidência de Marechal Hermes da Fonseca (1910-1913). Foi Deputado Estadual (1891-1895) e Deputado Federal (1900-1902). Comandou, por curto espaço de tempo, a Prefeitura de Belo Horizonte (1899). Em 1902, foi eleito Presidente de Minas Gerais. Ao terminar seu mandato, foi Senador em dois períodos (1907-1910 e 1915-1923).

O Decreto nº 31, de 5 de março de 1933, alterou o nome da Avenida Araguaia para o atual.

() Histórico: nasceu em Bom Despacho, em 1855. Começou na política em 1880, ainda no período do Império, como Deputado Provincial. Desde então, ocupou diversos cargos públicos (Deputado Estadual: 1891-1893 e Deputado Federal: 1894-1911). Chegou a passar alguns anos afastado da política, mas retornou em 1922, como Vice-Presidente de Minas. De 1927 a 1930, exerceu o mandato de Senador Estadual. Eleito em 1930 para o Senado Federal, exerceu, por pouco tempo, o mandato: no mesmo ano, foi eleito Presidente de Minas Gerais. Quando Getúlio Vargas tomou posse da presidência do País, logo após a Revolução de 1930, todos os presidentes estaduais foram afastados e substituídos por interventores federais. Apenas ele foi mantido em seu cargo. No ano seguinte, o Ministro Oswaldo Aranha tentou afastá-lo do governo, por meio de um golpe de estado, mas não conseguiu. Ao estourar a Revolução Constitucionalista de 1932, foi ele quem mandou tropas mineiras lutarem contra os rebeldes paulistas. Faleceu em setembro de 1933, na banheira: suspeitou-se de assassinato, dadas as suas inimizades políticas.

O Decreto nº 15, de 31 de maio de 1935, alterou o nome da Avenida São Francisco para o atual.

Curiosidade

Getúlio Dornelles Vargas:

Uma das principais avenidas de nossa cidade, a Avenida Getúlio Vargas, possui uma história pitoresca em relação a sua atual nomenclatura. Por meio do Decreto nº 37, de 9 de novembro de 1938, foi dado o nome de Getúlio Vargas à Avenida Paraúna.

Com a restauração da democracia em 1948 e, pretendendo-se excomungar a ditadura recém derrubada, foi aprovada a Lei nº 8, de 5 de março de 1948, por meio da qual se restaurou a denominação original da Avenida Paraúna. Em 1951, quando Vargas voltou à presidência da República, desta vez pelo voto direto, fez-se aprovar a Lei nº 191, de 17 de março de 1951, por meio da qual novamente se alterou o nome da Avenida Paraúna, que voltou a ostentar o nome do político gaúcho, situação que persiste até hoje.

GÊNESE



A década de 30 foi pródiga em eventos, idas-e-vindas, traumas e realizações, sendo que a decisão constitucional, em 1934, de dotar os municípios de um verdadeiro parlamento se insere com destaque naquele momentoso período.

E foram exatamente os setenta anos de instalação da Câmara Municipal que nos inspiraram, em meados do ano corrente, a criar um instrumento comemorativo daquela angular decisão para a política local.

Assim tudo começou, mas não imaginávamos o que terminaria por ocorrer.

Dadas as peculiaridades da época que a Câmara foi concebida, decidiu-se por dar ao imaginado instrumento comemorativo um caráter analítico do clima político de então, rememorando o que o precedera, bem como suas próprias nuances, em Belo Horizonte e no País.

Mas não era nossa intenção somente lembrar o passado remoto: queríamos, também, mostrar quanto acertada fora a decisão dos constituintes-autores daquela que seria a Carta de menor longevidade em nossa atormentada história jurídico-política.

Ou seja, a linha a ser seguida se equilibraria entre lembrar o passado e refletir sobre o presente e o futuro: daí o nome escolhido - Pensamento & Memória -, e o símbolo adotado - Janus, o deus dos tempos passados e do porvir.

Teve, então, início o processo criativo, com a pesquisa sobre temas de interesse geral, referentes àquela época e sobre alguns de seus personagens, tudo isso visando a definir as matérias a serem elaboradas.

Na medida em que o material foi sendo colhido, fomos percebendo a amplitude de nosso intento, fato que, em vez de fazer esmorecer nosso ânimo, nos contagiou.

A história de Belo Horizonte e de sua gente é muito interessante, não o sendo menos a forma como a Câmara Municipal se posicionou perante esse patrimônio humano.

Aliás, por isso, é que algo que se pretendia momentâneo - apenas um instrumento comemorativo dos 70 anos da Câmara - tornou-se um propósito permanente: há a intenção de se fazer com que esta seja, apenas, a primeira edição, de muitas outras.

Temas não faltam para, relembando momentos e decisões de ontem, orientar nossa compreensão sobre o presente e a tomada de novas decisões. Já até elegemos o tema central da segunda edição - cultura -, bem como já definimos as matérias a serem abordadas no enfrentamento dessa nova empreitada, e estamos, uma vez mais, maravilhando-nos com a riqueza de oportunidades.

Valha-nos conseguir nosso intento: acreditamos ser possível; afinal, este primeiro número agradou-nos (esperamos que também a você) e fez-nos sentir realizados.

Coordenações Geral e Executiva





Fontes de Pesquisa

Janus - Símbolo da Revista "Pensamento e Memória"

PORTAL JANUS. Janus? Por quê? Disponível em: <<http://www.cartografia.ime.eb.br/janus.html>>. Acesso em: 3 out, 2006.
WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Jano. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Janus>>. Acesso em: 3 out, 2006.

Anos 30

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues; PAES, Maria Helena Simões; RODRIGUES, Marly. Nos tempos de Getúlio : da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo. 5. ed. São Paulo: Atual, c1992.
BRASIL ESCOLA. A Revolução de 1930. Disponível em: <<http://www.brasil escola.com/historiab/resumo-revolucao30.htm>>. Acesso em: 3 ago, 2006.
BRASIL ESCOLA. Revolução de 1930 [Revolta Tenentista]. Disponível em: <<http://www.brasil escola.com/historiab/revolucao-30.htm>>. Acesso em: 3 ago, 2006
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Diário da Câmara Municipal de Belo Horizonte. 2ª Sessão da 2ª Sessão Ordinária, 27 set. 1937. CDMC 17 set. 1937. nº 32, Ano II.
CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS. República do Café com Leite. Disponível em: <http://www.cidadeshistoricas.art.br/hac/hist_07_p.htm>. Acesso em: 3 ago, 2006.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro De Pesquisa E Documentação Histórica Contemporânea Do Brasil Plenária Da Assembléia Nacional Constituinte. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_pop_consti12a.htm>. Acesso em: 9 ago, 2006.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil. Bancada mineira do Partido Progressista na Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_pop_consti2.htm>. Acesso em: 9 ago, 2006.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil. Funeral de João Pessoa na Paraíba, 1930. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_pop_revo6.htm>. Acesso em: 9 ago, 2006.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil. Getúlio Vargas e seu ministério. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_pop_revo15.htm>. Acesso em: 9 ago, 2006.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil Plano Cohen. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_plano_cohen.htm>. Acesso em: 19 jun, 2006.
GEOCITIES. Revolução Constitucionalista de 1932. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Troy/9288>>. Acesso em: 3 ago, 2006.
KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. História do Brasil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001
MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História das Cavernas ao Terceiro Milênio. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1999.
NEVES, Magda de Almeida; DULCI, Otávio Soares. Belo Horizonte : poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. 123p. (Política & sociedade)
WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Revolução de 1930. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930>. Acesso em: 3 ago, 2006.

Conseqüências Históricas - Alberto Santos Dumont:

Box - Asas da Loucura: a extraordinária vida de Santos-Dumont. Paul Hoffman. Tradução de Marisa Motta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 342 p. 281-282
LEMONS, Renato. Uma história do Brasil através da caricatura: 1840 - 2001. Renato Lemos (org.). - Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.
HOFFMAN, Paul. Asas da Loucura: a extraordinária vida de Santos-Dumont. Tradução de Marisa Motta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 342 p. 281-282
WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Santos Dumont. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santos_Dumont>. Acesso em: 19 set, 2006.
PORTAL REPÚBLICA WEB. Alberto Santos Dumont. Disponível em: <http://republicaweb.com.br/canais/santos_dumont/index.htm>. Acesso em: 19 set, 2006.
PIONEIROS DO AR. Santos Dumont. Disponível em: <<http://www.pioneirosdoar.com.br/pioneiros/sdumont/dumont.htm>>. Acesso em: 19 set, 2006.
CABANGU.COM.BR. Santos Dumont. Disponível em: <<http://www.cabangu.com.br/santosdumont>>. Acesso em: 19 set, 2006.
DESIGNBRASIL. Outras invenções do pai da aviação. Disponível em: <www.designbrasil.org.br/ppd/almanaque/enciclopedia_exibir.jhtml?pidLayout=10&id=114-30k>. Acesso em : 19 set, 2006
JB ONLINE. Outras invenções do pai da aviação. Disponível em: < <http://jbonline.terra.com.br/destaques/santosdumont/dumont2.html>>. Acesso em : 19 set, 2006
FAB - FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Foto do dirigível nº. 3. Disponível em : <http://www.fab.mil.br/fab/personalidades/sdumont/sdumont_acervo/invencoes.htm> . Acesso em: 19 set, 2006.

Você sabia?

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Suástica. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Suastica> >. Acesso em: 3 ago, 2006.

UMA FIGURA HISTÓRICA E UM EXEMPLO DE VIDA

APGÁUA, Guilherme. 1884/1984 – O centenário de um pioneiro. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 1984.
NAVA, Pedro. Santo Doutor Aleixo. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 1984. 1884/1984 – O centenário de um pioneiro
ALEIXO, Josephino. Aleixo, meu irmão. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 1984. 1884/1984 – O centenário de um pioneiro.
AUTOR (não mencionado). Creado, na capital, corpo de bandeirantes. Folha de Minas. Belo Horizonte, 11 abr. 1937. Seção Escotismo (Direção do Chefe Leopardo).
CLEMENTE, José. Como se locomoviam os médicos. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 25 mai. 1973.

Eventos 70 anos da Câmara:

Fontes: Ata - Registro da Cerimônia de Inauguração do Espaço de Convivência Presidente Antônio Aleixo, na Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura.
DOM - Diário Oficial do Município do dia 8 de agosto de 2006.

As opiniões veiculadas nas matérias assinadas representam o pensamento, a reflexão e a pesquisa dos respectivos autores.



Créditos das Imagens

Anos 30

GALAZACIG.ORG. Foto Luis Carlos Prestes. Disponível em: <http://galizacig.org/imxact/2005/01/luis_carlos_prestes_rio1935_590.jpg> . Acesso em: 1 ago, 2006.

NOVO MILÊNIO. Foto Julio Prestes. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0087e.jpg>> . Acesso em: 9 ago, 2006.

PROJETO MEMÓRIA. Foto Plínio Salgado. Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br/JK/verbetes/img/g_foto26.jpg> . Acesso em: 1 ago, 2006.

WIKIPEDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Foto de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930> . Acesso em: 3 ago, 2006.

WIKIPEDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Foto de Washington Luís. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Presidentwashingtonluis.jpg>> . Acesso em: 9 ago, 2006.

CHRISTO E A POLÍTICA

Fotos cedidas por Maria Stella Libânio Christo

Conseqüências Históricas - Alberto Santos Dumont:

JOSÉ DE SOUZA. Foto Santos Dumont. Disponível em: <<http://www.joseedesousa.net/SantosDumont2.jpg>> . Acesso em: 19 set, 2006.

EXPOMAR-RIO. Foto 14 bis. Disponível em: <<http://www.expomar-rio.com.br/14BISHistorico.gif>> . Acesso em: 19 set, 2006.

CABANGU.COM.BR. Foto a "Encantada". Disponível em: <http://www.cabangu.com.br/santosdumont/cronologia/imagens/20030604094814_full1.jpg> . Acesso em: 19 set, 2006.

UKWATCHES. Foto Santos Dumont sorrindo. Disponível em: <http://www.ukwatches.com/BaselGVA2004/SANTOS_D_B&W.jpg> . Acesso em: 19 set, 2006.

Você sabia?

POSTO ENERGIA. Foto anúncio. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 16 out. 1933.

WIKIPEDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Suástica em um templo budista da Coreia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Suastica>> . Acesso em: 3 ago, 2006.

WIKIPEDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Uma suástica nazista, dobrada no sentido dos ponteiros do relógio. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Suastica>> . Acesso em: 3 ago, 2006.

WIKIPEDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Suástica num mosaico romano. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Suastica>> . Acesso em: 3 ago, 2006.

UMA FIGURA HISTÓRICA E UM EXEMPLO DE VIDA

SABONETE HAYA, Anúncio. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte. 1933.

Eventos 70 anos da Câmara:

Foto de fundo: Eduardo Mota Silva em: <<http://www.sxc.hu/profile/edu>>

Fotos dos eventos: Assessoria de Imprensa da CMBH.

Fotografias da equipe de Pensamento & Memória:

Assessoria de Imprensa da CMBH

Expediente



Jornalistas Responsáveis:

Adriana Lage da Silva
MG04040JP – DRTE/MG
Eugênio Luiz de Oliveira
MG03478JP – DRTE/MG

Planejamento e Coordenação-Geral:

Guilherme Nunes de Avelar Neto

Coordenação Executiva:

Eliana Wiermam de Melo

Coordenação de Pesquisa e de Imagens:

Maria Luísa Noronha

Pesquisa, Seleção e Redação:

Aluizio de Araújo Couto Júnior,
Daniela Torres de Oliveira,
Guilherme Paoliello de Melo,
Mariana Thomé Dias
e Vanessa Freitas.

Revisão:

Sandra Maria do
Nascimento Campos

Projeto Gráfico, Direção de Arte e Editoração Eletrônica:

Marcondes José e
Rafael Guimarães.

Realização:

Legislativo da Câmara Municipal
de Belo Horizonte



Da esquerda para a direita:
Mariana, Guilherme,
Vanessa, Aluizio e Daniela

Obrigado!

A Revista Pensamento & Memória agradece a inestimável colaboração do Museu Histórico Abílio Barreto, do Arquivo Público da Cidade, do Arquivo Público Mineiro e da Hemeroteca Histórica na preservação da documentação histórica de nossa cidade e que, sem este esforço, não seria possível a realização deste projeto.

